

Revista

FEBASE

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III
N.º 23
1,50 €
Maio de 2012

Diretor: Delmiro Carreira



1º Maio

UGT exige cumprimento do acordo de concertação social



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Pastor Oliveira – SBSI
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Atualidade

UGT exige cumprimento do acordo de concertação social **4**

Muito protesto por **mais trabalho 6**

Inquérito aos trabalhadores do setor financeiro **8**

CONTRATAÇÃO | Banca

Febase reivindica 3% de aumento salarial **10**

Obtidos esclarecimentos necessários do BPN **10**

Sindicatos atentos à defesa dos direitos dos trabalhadores do IFAP **11**

BCP paga 14.º mês aos reformados em maio **11**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Balanço positivo na aplicação do novo CCT para a atividade seguradora **12**

JURÍDICAS | Questões

Acórdão do Supremo sufraga posição do SBSI **13**

DOSSIÊ | Portugal 1970/2012

O que nós mudámos! **14**

Quem somos **14**

Melhorias na saúde **15**

Condições de vida **16**

Ser idoso em Portugal **16**

Adeus analfabetismo, olá doutoramentos **17**

TEMPOS LIVRES | Nacional

Animado convívio dos ex-empregados do Standard Totta de Moçambique **19**

Atletismo em **Tomar 19**



20

| Bancários Sul e Ilhas



23

| Bancários Norte



26

| Bancários Centro



29

| STAS Actividade Seguradora



Texto: **CARLOS SILVA**

A centralidade da negociação coletiva

Todos constatamos e sentimos os efeitos nefastos da crise que se abate sobre os portugueses, sejam eles trabalhadores, reformados ou pensionistas, jovens ou idosos, qualquer que seja o género ou o setor de atividade.

A classe política e aos governantes exige-se sentido de Estado e assunção de responsabilidades na condução dos destinos do País, no respeito pelos compromissos assumidos com as entidades internacionais que suportam o resgate financeiro a Portugal. Mas exige-se também ao Governo que respeite o Acordo de Concertação Social assinado pelos parceiros sociais, designadamente pela UGT, que o assinou em nome da defesa dos trabalhadores portugueses, do crescimento económico e do emprego e da salvaguarda da negociação coletiva, como essência do diálogo social e do estabelecimento de compromissos, assentes no sindicalismo de proposição que sempre defendeu.

Hoje, começa a verificar-se a razoabilidade e a coragem da assinatura daquele Acordo, ao verificarmos que no dia 7 de maio foram, finalmente, publicadas diversas portarias de extensão, que vêm desbloquear a negociação coletiva e abrir o caminho à defesa dos direitos emanados dos instrumentos de contratação, livremente negociados no nosso regime democrático, entre sindicatos e patrões, sejam estes do setor privado ou público.

O risco assumido pela UGT confirma que a persistência da luta é efetuada, essencialmente, nas mesas negociais, em detrimento da permanente e prioritária agitação de rua que alguns, teimosamente, continuam a preferir e a defender.

Na passada semana, numa conferência realizada em Madrid e sob a égide da UNI-Europa, foram analisadas as diversas situações nos vários países sob intervenção financeira internacional, ressaltando dos nossos colegas gregos a constatação que as 17 greves gerais e as centenas de manifestações convocadas pelos sindicatos nos últimos dois anos resultaram numa mão cheia de nada.

Há que alterar o paradigma sindical e privilegiar o caminho que a UGT e os seus sindicatos têm escolhido, de forma livre e consciente.

Os sindicatos da FEBASE decidiram apresentar ao setor bancário, para o ano de 2012, uma proposta de aumento salarial de 3%. Sabemos a situação do País e conhecemos os "recados" da troika, de contenção salarial, ou seja, aumento zero.

Mas abdicar de negociar seria desistir da essência do movimento sindical.

Partimos, pois, para o processo negocial deste ano, cientes das dificuldades e dos eventuais argumentos a apresentar pelas Instituições de Crédito, gastos e remendados de tanto serem utilizados ao longo dos anos.

Mas a FEBASE e os seus sindicatos, filiados na UGT e fiéis ao espírito de proposição, saberão alicerçar os seus argumentos na centralidade da negociação coletiva, como fator e razão primeira das suas lutas e na sua defesa intransigente, enquanto modelo há muito escolhido para o nosso caminho político-sindical.

Saibamos manter-nos unidos na defesa das nossas reivindicações e estratégia sindical da FEBASE e da UGT. ■

Os sindicatos da FEBASE decidiram apresentar ao setor bancário, para o ano de 2012, uma proposta de aumento salarial de 3%. Sabemos a situação do País e conhecemos os "recados" da troika, de contenção salarial, ou seja, aumento zero. Mas abdicar de negociar seria desistir da essência do movimento sindical.

Manifestação do Dia do Trabalhador

UGT exige cumprimento do acordo de concertação social

Texto: Inês F. Neto

Trabalhadores filiados nos sindicatos da UGT ou simpatizantes voltaram a desfilar entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, em Lisboa, para comemorar o 1.º de maio. Com a austeridade a asfixiar a economia e a vida das famílias e o desemprego a atingir níveis insuportáveis, o Dia do Trabalhador ficou marcado pela reivindicação de mais emprego e defesa do Estado social – e não faltaram críticas ao Governo e a exigência de que cumpra na íntegra o acordo celebrado em sede de concertação social



À semelhança dos anos anteriores, o 1.º de maio foi dominado pela crise. Mas não só. Num ano, a situação dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos piorou drasticamente, o desemprego atingiu taxas inimagináveis, os subsídios de funcionários públicos e reformados foram confiscados (e só deverão ser repostos na totalidade em 2018), os salários perderam poder de compra, os direitos laborais estão em franco retrocesso. Razões não faltaram, pois, para desfilar na Avenida da Liberdade, em Lisboa, exigindo melhores condições de vida e respeito por quem trabalha – e por quem quer trabalhar e não tem onde.

O combate a todas as causas e consequências da atual crise, bem como a recusa em aceitar mais desigualdades e ainda maiores penalizações para trabalhadores e pensionistas, sobretudo os de mais baixos recursos, estiveram assim no centro das reivindicações deste 1.º de maio. No entanto, o direito ao trabalho foi, sem dúvida, a palavra de ordem que dominou o desfile, refletindo a maior preocupação dos portugueses.

Mas não faltaram outras exigências. Numa dicotomia entre a exigência e a rejeição, gritou-se Av. da Liberdade abaixo: "Trabalho sim, desemprego não"; "Justiça social sim, desigualdades não"; "Negociação coletiva sim, imposição não"; "Melhores salários e pensões"; "Mais igualdade, melhor sociedade".

Mobilização expressiva

Mais uma vez os sindicatos responderam ao desafio da central e mobilizaram os trabalhadores dos respetivos sectores para estarem presentes na Avenida da Liberdade, na quinta manifestação desde que a central adotou este modelo de comemoração do Dia do Trabalhador.

A gravidade da atual situação mundial e do País terá pesado na decisão de todos em estarem presentes e, sobretudo, na diversidade dos que desfilaram até aos Restauradores: homens e mulheres, jovens e menos jovens, trabalhadores no ativo, desempregados e reformados.

Antes ainda das 14h30, trabalhadores de Norte a Sul do País começaram a juntar-

-se em torno do Marquês, empunhando bandeiras de sindicatos e panos com palavras de ordem. Longas faixas davam conta das reivindicações gritadas ao longo de todo o percurso, entre as quais "Trabalho sim, desemprego não", "Mais solidariedade", "Pelo crescimento e o emprego". Os jovens da Associação Agostinho Roseta davam conta da sua preocupação face ao futuro, ao empunharem a faixa "Emprego com qualidade, não à precariedade".

João de Deus: "A UGT exige que o Governo cumpra a palavra dada e o acordo assinado; exige maior eficácia e rapidez de todo o Governo na implementação do acordo; e mais uma vez a UGT afirma a sua firme determinação em exigir o cumprimento do acordo de concertação, sob pena de o mesmo ser denunciado pela UGT por incumprimento do Governo."

Desta vez não faltaram os protestos individuais. Uma trabalhadora empunhava um cartaz onde se podia ler "Quero os meus subsídios de volta", enquanto o de outra dizia "Abaixo as taxas moderadoras. Tirem aos ricos, não aos pobres".

Tal como em anos anteriores e de acordo com a tradição deste tipo de eventos, a manifestação foi acompanhada por uma parafernália de elementos figurativos. Lá estiveram bombos, gigantones e

ou "Somos jovens, queremos trabalho. Queremos futuro".

Reunidos espacialmente num único grupo que representava o sector financeiro, os trabalhadores marcharam unidos envergando t-shirts e bonés brancos com o logótipo da Federação. Além de carros de apoio, a delegação contou ainda com o incentivo visual e sonoro de bombos e gigantones, além de enormes balões vermelhos, faixas e cartazes.

Recorde-se que antes da manifestação, bancários e trabalhadores dos seguros filiados nos cinco sindicatos da Febase reuniram-se num almoço-convívio nas instalações do SBSI na Marquês de Fronteira, de onde partiram para se juntarem aos restantes milhares de trabalhadores que participaram no 1.º de maio da UGT.

"Acordo foi necessário"

O tempo ajudou os manifestantes e, ao contrário do ano passado, desta vez a chuva esteve ausente do desfile.

No palco montado nos Restauradores para as intervenções sindicais tomaram a palavra João de Deus e João Proença, que fez o seu último discurso no 1.º de maio como secretário-geral da central sindical.

O presidente da UGT lembrou que se continua a viver em Portugal "dias de profunda crise, apesar dos grandes sacrifícios a que foram e estão a ser sujeitos os trabalhadores portugueses": o desemprego atingiu "níveis insustentáveis", a recessão económica "intensificou-se", a precariedade, a pobreza e a miséria "aumentaram".

Em discurso direto

A "Revista Febase" ouviu alguns dos participantes na manifestação organizada pela UGT sobre a razão por que decidiram desfilar.

Olga Rodrigues, 63 anos, doméstica

"Vim mostrar o meu descontentamento com o Governo, que está a tirar-nos tudo. Isto não pode continuar assim."

Helena Marques, 65 anos, reformada do comércio

"Vim protestar, pois está tudo muito mal para os nossos filhos e netos. O meu filho tinha um bom emprego e perdeu-o."

Aristides Brites, 37 anos, bancário

"É preciso defender os direitos dos trabalhadores. Hoje há mais razões ainda para protestar devido ao corte nos direitos, que têm vindo a aumentar progressivamente."

Ana Lopes, 18 anos, estudante

"Acho que desta maneira o País não anda para a frente, temos de revoltar-nos. As medidas que estão a ser tomadas são erradas, é preciso olhar pelos pobres. Neste momento, os jovens como eu nem sabem se devem ir para a faculdade, pois vamos gastar dinheiro num curso e o que nos espera no final é o desemprego."

Luís Lopes, 57 anos, eletricista desempregado

"Só nos resta vir para a rua e protestar. Queremos trabalho e não temos e o Governo não se preocupa com a fome das nossas famílias. O nosso futuro é de miséria, mais miséria ainda."

Ana Tavares, 40 anos, funcionária pública

"Seria impossível não estar aqui a protestar quando me tiraram uma percentagem do salário e os subsídios de férias e de Natal. E agora ainda têm o descaramento de dizer que só em 2018 é que me devolvem o que é meu por direito."

Cristóvão Pinto, 51 anos, trabalhador da construção civil

"Venho sempre. Mas a gente exige melhorias e de ano para ano isto está pior. Havia outros que vinham comigo e já não vêm, dizem que não vale a pena. Mas eu acho que temos de lutar, obrigá-los a ouvirem-nos e defender os nossos direitos."

Isabel Santos, 60 anos, administrativa

"O que se vive em Portugal é uma tristeza. Tantas pessoas sem emprego, a passarem dificuldades, a emigrar. Parece que estamos no tempo da ditadura."

► Referindo-se aos sacrifícios exigidos por força do acordo com a troika para evitar "a bancarrota iminente", João de Deus salientou as iniciativas da UGT, da greve geral de 24 de novembro de 2011, em conjunto com a CGTP, à negociação do acordo de concertação social. "Neste acordo, dois terços das medidas são sobre competitividade, crescimento e políticas de emprego e um terço sobre o mercado de trabalho", disse, referindo que a UGT assinou-o, em primeiro lugar, "para evitar a medida inaceitável do aumento do horário de trabalho para as 42,5 horas semanais, cuja proposta de lei já se encontrava na AR".

Em segundo lugar, frisou, para "evitar a desregulamentação da contratação coletiva, com os poderes que iriam ser conferidos às CT, de negociação de contratos coletivos de trabalho sem qualquer critério ou limite".

O 'sim' da UGT deveu-se ainda "às medidas sobre crescimento económico e políticas de emprego" e para "evitar a desregulamentação dos despedimentos individuais e de uma maior flexibilização do mercado de trabalho". "Este foi um acordo necessário, defensivo, num cenário de grande convergência política entre os três principais partidos", concluiu.

"É tempo de o Governo arrear caminho"

João de Deus considerou ainda que "o acordo subscrito é melhor do que o da troika nas suas várias dimensões, mas em especial na área do mercado de trabalho".

Depois de frisar que o Governo "não se cansou de enaltecer este acordo", o presidente da UGT disse não se poder entender "as razões que levaram o Governo a negligenciar o cumprimento das medi-



das previstas, em especial de políticas de emprego e de crescimento económico".

"O Governo foi célere a implementar as medidas do mercado de trabalho e de alterações do Código do Trabalho, tendo esquecido as restantes medidas", criticou, alertando: "A UGT entende que é tempo de o Governo arrear caminho e de rapidamente adotar um programa e um calendário que permitam a implementação das medidas de crescimento e de emprego."

Segundo o presidente da UGT, os últimos contactos entre a central e o Governo "indiciam uma vontade da parte deste de mudar a agulha e de finalmente iniciar uma discussão sobre as restantes medidas concretas, em especial as relativas às políticas ativas de emprego e à negociação e contratação coletiva".

Assim, concluiu, "neste dia a UGT exige que o Governo cumpra a palavra dada e o acordo assinado; exige maior eficácia e rapidez de todo o Governo na implementação do acordo; e mais uma vez a UGT afirma a sua firme determinação em exigir o cumprimento do acordo de concertação, sob pena de o mesmo ser denunciado pela UGT por incumprimento do Governo".

"Os trabalhadores exigem respeito"

Também o secretário-geral da central dedicou uma parte do seu discurso a traçar o quadro das dificuldades dos trabalhadores, exigindo o cumprimento do acordo de concertação social.

Depois de considerar o deste ano "o maior 1.º de maio de sempre", João Proença afiançou que a UGT quer "continuar abril, continuar a batalha pelo desenvolvimento económico e social".

Referindo o momento particularmente difícil que muitos portugueses vivem, João Proença salientou o aumento do desemprego e a crescente insegurança dos que ainda têm trabalho, bem como as contínuas perdas de rendimento dos salários e das pensões. "Podemos dizer que os trabalhadores exigem respeito e que o direito ao trabalho é um direito fundamental. Queremos respeito e que os sacrifícios não incidam só sobre trabalhadores e pensionistas. Queremos o combate ao desemprego como uma prioridade do Governo e das políticas públicas."

Nesse sentido, a UGT exige trabalho digno e com direitos, com horários que conciliem vida profissional e vida familiar, um trabalho com proteção social e sem precariedade. "Neste momento os desafios são muitos, mas infelizmente podemos dizer que o Governo só se tem preocupado com a austeridade. Mas a austeridade não é a solução."

Assumindo a necessidade de cumprir os compromissos externos, João Proença considerou que "só conseguimos cumprir o défice e pagar a dívida pública se houver criação de riqueza, dinheiro nos cofres públicos, maior nível de impostos. Só com atividade económica se geram receitas".

Contra a espiral da recessão

João Proença foi claro: "Não aceitamos a espiral da recessão, em que todos os dias são exigidos mais sacrifícios para tapar os buracos do défice. Sacrifícios conduzem a mais recessão, recessão conduz a mais sacrifícios. Queremos, pelo contrário, um círculo virtuoso do crescimento e do emprego, que são bases fundamentais".

A UGT deixou o recado quanto à sua postura: "Não nos resignamos ao fecho das empresas e à redução de efetivos; não nos resignamos a que os jovens não encontrem lugar no mercado de trabalho; não aceitamos o aumento da pobreza, da exclusão e do desemprego, que põem em causa o nosso futuro".

O líder da central criticou o foco excessivo nas exportações, considerando que não chegam para um crescimento sustentável. "É necessário aumentar também o mercado interno, e para isso as pessoas têm de ter mais rendimento, têm de poder viver com mais dignidade".

A UGT defendeu uma redução nas importações, com o consequente aumento da produção nacional, bem como mais investimento público e privado. "O Governo tem um papel fundamental, através dos fundos comunitários, em incentivar o investimento privado no setor produtivo".

"Incompetência do Governo"

João Proença exigiu políticas ativas de emprego que incentivem a criação de postos de trabalho e defendam a sua

João Proença: "Exigimos respeito por este acordo tripartido, o seu cumprimento integral. Aos políticos exige-se sempre o cumprimento dos seus compromissos: os compromissos eleitorais, os internacionais, mas também os acordos tripartidos que celebram com os parceiros sociais".

Prioridade ao emprego

Neste período de crise e de níveis de desemprego inaceitáveis, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) assinalou o 1.º de maio como o dia da solidariedade do mundo do trabalho.

Para a CES, o emprego, e particularmente o emprego dos jovens, é a prioridade. Segundo dados do Eurostat, atualmente 24 milhões de europeus que estão desempregados, dos quais 5,5 milhões são jovens.

"A jornada do 1.º de maio é também uma oportunidade para a CES denunciar a precarização do mercado de trabalho. Os contratos de trabalho atípicos multiplicam-se e afetam especialmente os jovens", denunciou a confederação sindical, acrescentando:

"O trabalho precário está associado a baixos salários e à pobreza e compromete qualquer projeto pessoal de um jovem, ao atrasar a recuperação económica".

Em comunicado, a CES criticou mais uma vez as políticas de austeridade, que agravam o desemprego, as desigualdades e a exclusão social.

"Precarizar o mundo do trabalho, e sobretudo o dos jovens, não é uma resposta à crise. A flexibilização dos contratos de trabalho e salários mais baixos não abrem as portas ao crescimento", afirmou a secretária-geral da Confederação Europeia de Sindicatos.

"A CES defende um plano de relançamento da economia a favor de empregos de qualidade. Contra o populismo, é preciso construir uma Europa solidária", frisou Bernadette Ségol. ■

manutenção. "Infelizmente vemos que as políticas de emprego estão fortemente condicionadas pela incompetência do Governo; as políticas económicas são fortemente condicionadas pela austeridade. Mas juntos vamos vencer a batalha do desenvolvimento económico e social, apostando em novas áreas de criação de emprego".

Reconhecendo que as empresas precisam de investimento, o líder sindical considerou que isso "não desculpa a situação de muitos empresários que nada investiram, nada estão a investir, e temos assim as nossas empresas como as mais endividadas da Europa", porque maior problema do que a dívida pública "é a dívida privada, particularmente a dívida das empresas".

João Proença defendeu um crescimento e emprego que aposte nas pessoas, na sua educação e formação. "Temos de dar resposta aos jovens. Os jovens não são só a geração do futuro, têm de ser a geração do presente e não podem ser conduzidos para a emigração."

Nesse sentido lembrou a decisão da UE relativa a um programa de empregabilidade para oito países com maior índice de desemprego jovem, entre os quais Portugal. "O programa português não pode ser um programa para a fotografia". ►

Pelo Mundo

Muito protesto por mais trabalho

Um pouco por todo o Mundo, milhões de trabalhadores comemoraram o 1.º de maio, aproveitando o dia de homenagem aos "mártires de Chicago" de 1886 para protestar pelas cada vez maiores dificuldades a que são sujeitos. Face à crise global reivindicaram mais trabalho, aumentos salariais e melhores condições laborais e de vida.

Das múltiplas manifestações, a "Revista Febase" destaca apenas algumas.

Espanha: com uma taxa de desemprego que já ultrapassa 24% e a ameaça dos especuladores a pairar sobre o país e a vida dos cidadãos, milhares de espanhóis saíram à rua neste 1.º de maio, manifestando-se em 80 cidades exigindo trabalho e direitos. O alvo de todas as críticas foi o governo de Rajoy, especialmente devido à reforma das leis laborais e à austeridade. As centrais sindicais UGT e CC.OO contabilizaram mais de um milhão de pessoas nas manifestações, e garantiram que os protestos continuarão.

Grécia: os gregos saíram à rua em várias cidades do país, em protesto pela austeridade e o desemprego. Mas o desespero pela grave crise económica e social fez esmorecer a capacidade reivindicativa dos cidadãos, o que se refletiu na participação, que esteve longe da de manifestações anteriores. Mesmo assim, registaram-se confrontos com a polícia. As concentrações mais significativas verificaram-se em Atenas, Aspropyrgos e Salónica.

França: As eleições presidenciais do próximo domingo e as críticas ao governo de Sarkozy marcaram o 1.º de maio em França, onde os sindicatos convocaram quase três centenas de desfiles, com especial destaque para o de Paris, que terminou na praça da Bastilha. Segundo a central sindical CGT, as manifestações juntaram cerca de 750 mil pessoas em todo o país.

Reino Unido: no país o Dia do Trabalhador não é feriado, dificultando assim a participação nas iniciativas sindicais. De qualquer forma, milhares de cidadãos juntaram-se em protesto em Trafalgar Square, em Londres. Mas a ação mais mediática acabou por ser protagonizada pelo movimento Occupy que em solidariedade com os trabalhadores distribuiu cravos e rosas no metropolitano.

Itália: os italianos responderam ao apelo dos sindicatos e milhares saíram à rua contra as políticas do governo de Mario Monti. Em Turim houve confrontos entre a polícia e os manifestantes.

Turquia: pela segunda vez desde 1977, os turcos puderam comemorar o 1.º de maio na praça Taksim, em Istambul, onde se juntaram milhares de manifestantes. No entanto, a concentração foi controlada por 20 mil polícias, mobilizados para garantir a segurança. A praça foi cercada por barreiras metálicas e os manifestantes tiveram de passar pelo controlo policial antes de entrarem na praça.

Tunísia: depois da "primavera árabe" iniciada neste país, o 1.º de maio voltou a trazer as pessoas à rua. Mobilizados pelos sindicatos, milhares de tunisinos desfilarão pela avenida Habib Bourguiba pedindo "emprego e unidade nacional". ■

► **Contra plafonamento das reformas**

Também a redução de efetivos na administração pública mereceu duras críticas do líder da central. Pelo contrário, defendeu a aposta no Estado social, na saúde, na educação e na Segurança Social, acusando o Governo de querer apropriar-se do regime contributivo.

"A UGT diz claramente não ao aumento da idade de reforma, a um plafonamento das pensões que diminua as receitas da Segurança Social, ao congelamento das reformas antecipadas".

Rejeitando que Portugal continue a ser o campeão europeu das desigualdades sociais, João Proença disse ser "fundamental que os salários e as pensões tenham aumentos justos. Não podemos aceitar o congelamento dos salários e das pensões, não podemos aceitar a diminuição permanente das prestações sociais".

Nesse sentido, a UGT exige ao Governo "medidas urgentes para apoio às famílias atingidas pelo sobre-emprego, para os que não têm condições de pagar os empréstimos contraídos para compra da casa. O Governo

não pode ficar surdo e serem só os tribunais a fazer justiça".

O secretário-geral da central lembrou ainda os idosos, pelo que fizeram para a sustentabilidade da Segurança Social e para a criação de riqueza. "Hoje esses idosos estão a ser as principais vítimas da crise."

Por fim, uma palavra sobre o futuro da UE, exigindo uma União diferente, que aposte em políticas de crescimento e emprego. "O movimento sindical europeu está contra uma Europa que apenas vê à sua frente políticas orçamentais e monetárias e ignora as políticas económicas e sociais".

"Para nós a moeda única só faz sentido se for uma moeda para toda a Europa e não uma moeda ao serviço dos interesses alemães e dos países mais desenvolvidos da Europa central", frisou.

► **"Respeito pelo acordo tripartido"**

João Proença deixou para o final da intervenção o diferendo com o Governo quanto ao cumprimento do acordo tripartido, que levou já a central a ameaçar a sua denúncia.

Lembrando o papel da UGT na concertação social, nomeadamente na redu-

ção do horário de trabalho e na reforma da Segurança Social, afirmou: "Apostamos num sindicalismo responsável, de luta, mas também de compromisso". Por isso a central assinou o último acordo de concertação social. "Foi uma assinatura contra a desregulação laboral, em defesa das 8 horas de horário máximo, do Estado social, do crescimento e do emprego".

"Exigimos respeito por este acordo tripartido, o seu cumprimento integral. Aos políticos exige-se sempre o cumprimento dos seus compromissos: os compromissos eleitorais, os internacio-

nais, mas também os acordos tripartidos que celebram com os parceiros sociais", concluiu.

► **CGTP na Alameda**

A CGTP comemorou o 1.º de maio novamente na Alameda D. Afonso Henriques, onde culminou a manifestação que teve início no Martim Moniz.

Arménio Carlos, que encabeçou a manifestação pela primeira vez enquanto líder da central, focou as críticas na austeridade imposta pelo Governo e nas alterações à legislação laboral. ■



Inquérito aos trabalhadores do setor financeiro

É preciso defender direitos

A revista Febase quis saber a opinião dos trabalhadores do setor financeiro sobre a situação económica e social do País e o seu reflexo nos direitos sociais. É consensual a perceção de que está em curso um retrocesso, que só poderá ser travado com a união dos trabalhadores e dos seus sindicatos

Perguntas:

1 - Considera que está em curso um retrocesso nos direitos sociais?

2 - O que podem fazer os trabalhadores e os seus sindicatos para tentar travar este processo?

a tendência do sindicalismo mundial sofreu um decréscimo. Desta forma, é preciso que todos se pronunciem, elaborando questões pertinentes, como a da carreira profissional e das condições de vida e de trabalho.



"Direitos sociais têm sido postos em causa"

Maria Margarida Valada
46 anos CGD/SBSI

1 - A banca portuguesa tem conseguido ultrapassar as fusões e reestruturações que sofreu sem grandes conflitos laborais, com negociação a nível empresarial. Mas atualmente os direitos sociais têm sido postos em causa, dadas as mudanças no mundo do trabalho, o que acaba por gerar alguma tensão.

2 - Novos desafios são colocados à ação sindical portuguesa, que seguindo



"Sindicatos e trabalhadores terão de unir-se"

Joaquim Manuel Branco Baptista
48 anos BES/SBSI

1- Existem, de facto, sinais de retrocesso muito claros nos direitos sociais, é público o interesse do poder político, ligado a outros interesses, em alterar alguns preceitos da Constituição onde assentam direitos importantes, como o acesso à saúde, a fiscalidade, a legislação laboral, a educação; estes são exemplos que podemos chamar à colação e que estão a ser, manifestamente, objeto de intervenção por parte dos responsáveis políticos, que ao abrigo da legiti-

midade nos vão tentando impor uma ditadura da Democracia.

2- Infelizmente não podem fazer muito, porque os trabalhadores estão muito pouco motivados, desunidos e desiludidos com a política. Quanto aos sindicatos, estão em muitos casos dominados por partidos que têm sido poder, existe uma inércia tendencial para este processo não parar, e toda esta conjuntura vai refletir-se na perda de direitos. Enfim, pode haver contestação, mas sindicatos e trabalhadores terão de unir-se mais e melhor, para tentar bloquear esta iniciativa contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.



"Dirigentes sindicais devem mobilizar trabalhadores"

José Alberto dos Santos Loureiro
63 anos Reformado do BCP/SBC

1 - É evidente que sim. As práticas "sindicais" exercidas há largos anos pelos dirigentes, aliadas à vontade de se perpetuarem nos sindicatos, têm dado, tanto ao Governo como aos representantes patronais, uma liberdade de ação que tem levado à cedência e ao roubo destes direitos. Este comportamento desmotiva e afasta os trabalhadores de uma atividade sindical necessária a uma demonstração de unidade sindical. Só se pode estar de um dos lados: o dos trabalhadores. Veja-se o que aconteceu com o acordo de concertação social. Ainda não passaram três meses e o secretário-geral

da UGT já se queixa da falta de cumprimento.

2 - Os trabalhadores elegerem dirigentes que não os traíam à primeira oportunidade; os dirigentes sindicais, alterando os seus comportamentos, mobilizarem os trabalhadores para as difíceis lutas que se avizinham. A retórica, como recurso, sem "alternativa", é um "faz de conta"... É, no momento atual, mais do que nunca, um "crime sindical".



"Fazer chegar a mensagem à nova geração"

Leonel Alexandre
47 anos Companhia de Seguros Açoreana/STAS

1 - Sim, sim. Nota-se no baixar... ou na tentativa de aumento da idade da reforma, que ainda não se verificou mas foi uma das propostas apresentadas; no facto de as pessoas reformadas terem passado a pagar um passe social igual aos que estão no ativo; no aumento das taxas moderadoras, o que, de certa maneira, obriga as pessoas com mais idade e menos recursos a recorrerem menos vezes ao Serviço Nacional de Saúde. Nota-se também através da redução do valor da hora laboral em Portugal. Verificou-se um retrocesso nessa situação, em que as pessoas vão trabalhar mais horas e recebem menos dinheiro. E ainda através da publicidade sobre a competitividade: não sei se será melhor solução

baixar a hora ou se devemos apostar cada vez mais na formação, de maneira a que os trabalhadores em Portugal sejam mais competitivos face aos de outros países onde se ganha mais. Portanto, nesta situação, penso que sim, estamos num grande retrocesso social.

2 - Os trabalhadores devem ser mais unidos, mais solidários e devem participar mais nas ações dos sindicatos. Os sindicatos têm feito o possível para atrair os trabalhadores, embora, possivelmente, as mensagens muitas vezes não consigam passar para as gerações mais novas. E essa situação verifica-se na empresa onde trabalho, em que talvez 90% dos trabalhadores com menos de 5/6 anos de atividade seguradora não são filiados em nenhum sindicato, nem em nenhuma organização que seja sindical. Portanto, os trabalhadores têm de ser solidários. Os sindicatos têm de procurar outra maneira de chegar a esta nova geração. Devem aproximar-se mais das empresas onde se verifica uma entrada de novos trabalhadores, de forma a conseguirem filiar alguns, para que eles depois transmitam essa solidariedade aos colegas não sindicalizados.



"Vamos criar novas formas de luta"

Bruno Ferreira
36 anos Banco Popular/SBSI

1 - Sem dúvida. Cada vez mais assistimos a uma perda dos direitos essen-

ciais à subsistência de cada um de nós, nomeadamente no acesso a serviços de saúde e educação, agravados pela alta taxa de desemprego e pela inexistência de oportunidades de trabalho.

2 - Tem de existir uma maior união e envolvimento dos trabalhadores, que, com o apoio dos sindicatos, irão criar novas formas de luta para ultrapassar a constante perda de direitos sociais.



"Medidas põem em causa direitos consagrados"

Nuno Miguel Linhares da Silva
37 anos BPN/BIC/SBN

1 - Entendo que vivemos um momento muito difícil e que as medidas que estão a ser tomadas põem em causa muitos dos direitos que ao longo dos anos foram conquistados e consagrados na Constituição.

2 - Os trabalhadores devem, cada vez mais, reconhecer o importante trabalho desenvolvido pelos sindicatos, sem os quais não teríamos conseguido muitos dos direitos que temos atualmente. Só com eles podemos ter força suficiente para lutarmos pela manutenção desses mesmos direitos. Esta união de esforços é fundamental para a luta contra o processo a que estamos a assistir. ■

Revisão das tabelas para 2012

Febase reivindica 3% de aumento salarial

A Febase defende para 2012 um aumento de 3% nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária de todas as convenções coletivas de que é subscritora

Texto: **INÉS F. NETO**

O Conselho Geral da Febase aprovou por larga maioria a proposta do Secretariado sobre revisão salarial para 2012.

A proposta, discutida e aprovada na sessão realizada dia 8, em Coimbra, reclama um aumento de 3% na tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária e será brevemente entregue a todas as instituições de crédito subscritoras de convenções coletivas de trabalho negociadas com a Febase.

A Federação do Setor Financeiro assenta a sua reivindicação salarial em fatores económicos e laborais, bem como na necessidade de uma justa repartição da riqueza gerada que compense os trabalhadores pelo seu esforço e empenho.

Em 2011 não houve aumentos no setor, "com a consequente diminuição do poder de compra dos trabalhadores, já tão penalizados", lembra a Febase, explicando que na sua proposta de revisão salarial para 2012 reclama "a atualização dos valores da tabela e cláusulas pecuniárias para a manutenção do poder de compra". A percentagem reivindicada, justifica, corres-



ponde à média da inflação prevista para Portugal pelos vários organismos oficiais.

"Apesar das dificuldades conhecidas por que o setor bancário tem passado, este é considerado sólido e moderno por vários analistas, e nomeadamente pelos representantes de algumas das principais instituições bancárias, Banco de Portugal incluído", refere a Federação na proposta aprovada, frisando que os resultados do primeiro trimestre deste ano "indicam uma clara tendência de crescimento face aos verificados em 2011".

Por outro lado, o setor bancário acumulou nos últimos anos centenas de milhões de euros de lucros, "sem que tais resultados se tivessem repercutido na retribuição da generalidade dos trabalhadores, principais obreiros desses resultados".

A Febase salienta ainda que empenho e dedicação dos trabalhadores tem vindo a ser reconhecido como uma mais-valia res-

ponsável pelo crescimento verificado na banca portuguesa nos últimos anos, mas sem que tal tenha merecido reconhecimento por parte das instituições de crédito, "nomeadamente na parte retributiva".

Subsídios em tribunal

No que diz respeito ao pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados de instituições com capitais públicos, a Febase está a ultimar a entrega de processos aos tribunais, com o objetivo de reclamar a reposição daquelas retribuições.

Em causa está a situação dos reformados de instituições como ex-BNU, CGD, IFAP, Parvalorem e BPN Crédito.

Relativamente ao Banco de Portugal, a Febase reunir-se-á dia 17 com a Administração do Banco para esclarecer, de uma vez por todas, a situação dos reformados da Instituição. ■

um acordo, a assinar entre as várias partes (Febase, BPN e Parvalorem), tendo-se a administração do BPN comprometido a envidar esforços nesse sentido.

Assinatura do "aditamento"

Outro dos temas em discussão foi o documento intitulado "aditamento", enviado a todos os trabalhadores do BPN com data de 2 de abril e que suscitou sérias dúvidas à Febase.

Na reunião, a administração do BPN prestou cabal esclarecimento sobre as questões elencadas, nomeadamente quanto à necessidade da assinatura do documento com a referida data, argumentando que tal se deveu, por um lado, ao cumprimento do "acordo-quadro" celebrado com o Governo, e, por outro, ao facto de em abril o processamento salarial ser já executado nos termos do AE. A administração assumiu ainda o compromisso de enviar à Febase uma carta explicativa sobre a questão.

Face ao que foi comunicado verbalmente e ao compromisso de uma declaração escrita, a Febase não antevê elementos objetivos para aconselhar aos trabalhadores a recusa da assinatura do "aditamento".

As informações prestadas e as garantias dadas pela administração do banco permitem à Febase transmitir uma palavra de confiança aos trabalhadores no desenrolar deste processo, que se prevê ainda longo.

BPN Crédito: integração na Segurança Social

A Febase reuniu-se também com a administração do BPN Crédito SA, no dia

4 de maio, para debater a integração dos trabalhadores da instituição financeira no regime geral da Segurança Social.

No encontro, realizado a pedido da Febase, esteve em discussão o incumprimento pela instituição da majoração salarial decorrente da integração dos trabalhadores na Segurança Social, prevista no ACT do setor bancário.

Recorde-se que o Decreto-Lei 88/2012, de 11 de abril, promove a integração no regime geral da Segurança Social (RGSS) dos trabalhadores do BPN Crédito SA nas eventualidades de invalidez, morte e doença.

São abrangidos por este diploma os trabalhadores admitidos até 2 de março de 2009, que deixaram já de efetuar descontos para a CAFEB e para o respetivo fundo de pensões, passando, a partir da publicação do Decreto-Lei, a descontar 11% para o RGSS.

Contudo, a cláusula 92.ª n.º 5 do ACT do setor bancário é clara quando diz: "A retribuição base mensal dos trabalhadores inscritos em Instituições ou Serviços de Segurança Social será corrigida, de modo a que estes percebam retribuição mínima mensal líquida igual à dos demais trabalhadores do mesmo nível".

Assim, os trabalhadores agora integrados na Segurança Social deverão ser majorados na sua retribuição base mensal, o que não aconteceu no mês de abril, contrariando desta forma aquela cláusula do ACT.

A administração do BPN Crédito SA vai analisar a questão agora suscitada, tendo assumido o compromisso de informar a Febase quanto à forma como vai resolver esta situação. ■

Em reuniões no Parlamento e com a administração

Sindicatos atentos à defesa dos direitos dos trabalhadores do IFAP

No âmbito da reestruturação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), a Febase tem vindo a manter diversas reuniões com os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, bem como com a tutela do instituto público, tendo em vista acompanhar o processo e contribuir para que o mesmo decorra de forma a salvaguardar os direitos dos trabalhadores seus associados.

Assim, e até ao momento, foram já realizadas reuniões com os grupos parlamentares do CDS/PP, PCP, Verdes e PSD, bem como com a Comissão de Orçamento e Finanças, além de encontros com a administração IFAP e as secretarias de Estado da Administração Pública e da Agricultura.

Trata-se de um processo que se desenrola há já algum tempo e que tem suscitado à Febase algumas dúvidas e necessidade de esclarecimentos, no sentido de assegurar que os trabalhadores deste instituto não venham a ser prejudicados nas suas perspetivas de carreira profissional, bem como no regime de contratação coletiva ao qual se encontram vinculados.

A Febase envidará todos os esforços para que, no quadro da legislação vigente, sejam salvaguardados os legítimos direitos e expectativas dos trabalhadores que representa. ■

Reformados nunca inscritos na CAFEB

BCP paga 14.º mês aos reformados em maio

O BCP informou a Febase que irá processar o 14.º mês dos reformados inscritos no regime geral da Segurança Social este mês.

Os reformados e pensionistas do BCP inscritos no regime geral da Segurança Social – que deveriam receber o 14.º mês no final de abril – só terão o seu subsídio creditado no final de maio, segundo informação prestada pelo banco à Febase.

O BCP justificou este atraso no facto de a posição da administração sobre o pagamento do 14.º mês não ter sido tomada em tempo útil, de forma a permitir efetuar o seu processamento em abril.

Em causa está o pagamento do subsídio aos reformados nunca inscritos na CAFEB, ou seja, aos inscritos no regime geral da Segurança Social antes da celebração do primeiro Acordo Tripartido.

O BCP informou ainda a Febase que, à semelhança da posição assumida pelo Santander, também irá intentar uma Ação com Processo Declarativo Especial de Interpretação de Cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho. ■

Reunião com a administração

Obtidos esclarecimentos necessários do BPN

Texto: **INÉS F. NETO**

A Febase reuniu-se com a administração do BPN com o objetivo de esclarecer duas das situações que neste momento se colocam aos trabalhadores do Banco relativamente à aplicação do Acordo de Empresa (AE) e à proposta de "aditamento"

Na reunião, realizada em 30 de abril, a Febase abordou a questão dos contratos de trabalho, já assinados por cerca de duas centenas e meia de trabalhadores da Parvalorem com o BPN, nomeadamente no que se refere a transferências e isenções de horário de trabalho e período experimental.

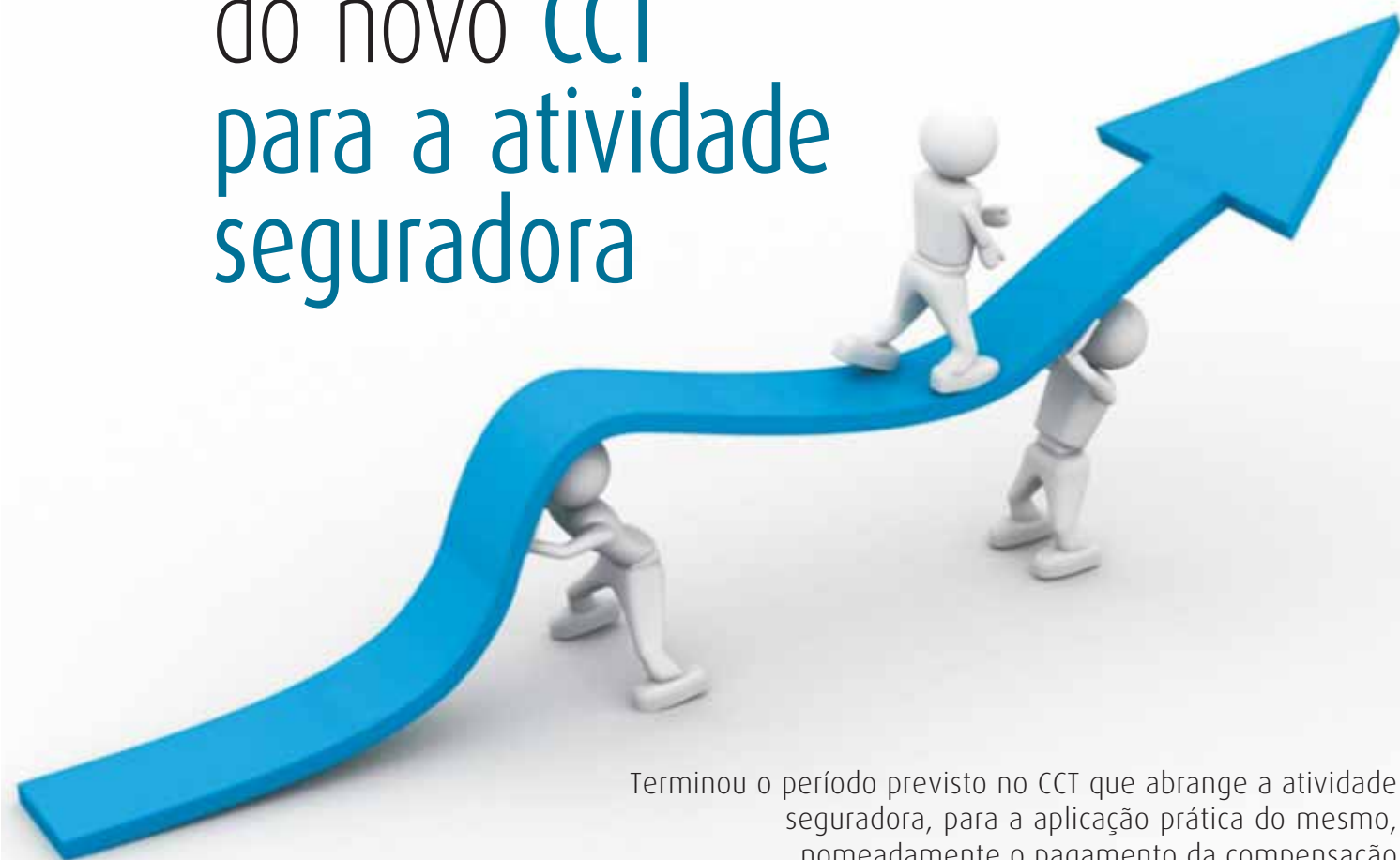
A administração do banco esclareceu o conteúdo dos artigos 3.º e 6.º dos contratos individuais de trabalho, deixando claro que, sobre a matéria se aplica o AE negociado com a Febase. Esta disposição consta de uma carta

enviada à Febase pela administração do BPN.

Por outro lado, no que diz respeito ao período experimental, o contrato, por omissão, remete para a lei, ou seja, aplicam-se os prazos constantes no Código do Trabalho: de 90 a 240 dias, consoante a responsabilidade e complexidade dos cargos a desempenhar.

Se no decurso desse prazo o trabalhador não ficar colocado, deverá regressar à Parvalorem. No entanto, como esta situação envolve uma terceira entidade – a Parvalorem –, a Febase propôs a celebração de

Balanco positivo na aplicação do novo CCT para a atividade seguradora



Terminou o período previsto no CCT que abrange a atividade seguradora, para a aplicação prática do mesmo, nomeadamente o pagamento da compensação extraordinária de 55%, a informação sobre o PIR, respeitante aos trabalhadores entrados antes de 1995, e a conversão das categorias profissionais

Na generalidade das Seguradoras o processo foi cumprido dentro dos prazos previstos, subsistindo algumas onde o mesmo ainda decorre.

O STAS está ao dispor de todos os seus associados que tenham dúvidas sobre a aplicação prática do CCT, ou que se encontrem nalguma das poucas empresas que ainda não procederam ao estipulado, bastando para isso que nos contactem, nomeadamente pelo correio eletrónico stas@stas.pt

Num balanço possível nesta data, constata-se a elevadíssima percentagem de trabalhadores abrangidos pela convenção, não obstante a desinformação e falsidades que, ao longo destes meses, foram apregoadas com o objetivo claro de deixar os trabalhadores mais incautos completamente de-

sarmados, no que respeita aos seus direitos e garantias.

Numa única Seguradora não foram respeitadas as regras previstas na legislação de trabalho, pelo que, a não ser corrigida a atuação no mais curto espaço de tempo, será intentada uma ação no foro competente, com vista ao cumprimento das regras a que a mesma se encontra sujeita.

Aproveitamos a oportunidade para comentarmos telegraficamente uma carta aberta da direção do SINAPSA, datada de 20 de abril p.p., dirigida à direção do STAS.

Os insultos contidos na referida carta dão bem a dimensão do desespero que se apossou daqueles, face ao descalabro da linha que decidiram percorrer. Pelo que sabemos, seguradora a seguradora, associado a associado,

como explicar que os trabalhadores sindicalizados no SINAPSA se "borrifaram" nas suas diretivas e decidiram aderir ao CCT para a atividade seguradora, subscrito, entre outros, pelo STAS.

Por isso, percebemos bem como se deve sentir a Direção do SINAPSA. Mas é um problema deles, como deles é o problema de explicar aos poucos trabalhadores, que ainda acreditam na linha ideológica que prosseguem, qual será o futuro das suas relações de trabalho.

Ao invés, o nosso problema é proteger os trabalhadores de seguros e dar a todos a garantia de um sindicalismo moderno, sem dogmas nem barreiras, que vise em primeiro lugar a sua proteção e perspetiva de carreira. ■

A Direção do STAS

Procedimento disciplinar

Acórdão do Supremo sufraga posição do SBSI

TEXTO: ANTÓNIO BAPTISTA*

Em processo de impugnação da litude de despedimento instaurado pelo Contencioso do SBSI, veio a ser proferido um Acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em 29 de fevereiro de 2012 que, julgando procedente a impugnação do despedimento e anulando este, veio a consagrar o entendimento de que "não tendo a entidade empregadora respeitado o prazo estipulado, convencionalmente, para a resposta à nota de culpa, é inválido o procedimento disciplinar para efetivação de despedimento por facto imputável ao trabalhador".

O caso levado a Tribunal dizia respeito a um procedimento disciplinar em que a entidade patronal concedeu apenas dez dias úteis para a trabalhadora

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, num recurso interposto pelo SBSI, faz jurisprudência: em caso de procedimento disciplinar, a empresa é obrigada a respeitar o prazo estipulado na convenção coletiva para o trabalhador responder à nota de culpa

responder à nota de culpa quando na convenção coletiva aplicável (ICAM) se encontra fixado o prazo de quinze dias úteis para essa resposta.

Entendeu o STJ, e a nosso ver bem, que se tratou de uma violação dos direitos de defesa da trabalhadora, tendo também entendido que apesar de no Código do Trabalho se fixar o prazo de dez dias úteis é o prazo da convenção coletiva – 15 dias úteis – que se aplica por força, aliás, do mesmo Código.

Decidiu também no mesmo processo o STJ que o processo prévio de inquérito a um procedimento disciplinar se não for decidido pelo órgão com competência disciplinar própria ou delegada não é considerado procedimento disciplinar válido e relevante para os efeitos

previstos na lei, designadamente quanto à questão dos prazos de caducidade do procedimento e da prescrição da infração disciplinar.

Mais, decidiu que um despacho do Presidente do Conselho de Administração a mandar proceder a inquérito, só por si, não é válido se ele não tiver competência disciplinar própria ou delegada, isto é, tem de ser o órgão a tomar a decisão.

Estas duas decisões proferidas no âmbito do mesmo acórdão representam um entendimento favorável às posições dos trabalhadores, que o SBSI sempre defendeu e que viu agora sufragado. ■

*Advogado do SBSI

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Acesso ao Ensino Superior

>23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

Licenciaturas 2012/2013

- > Gestão Bancária
- > Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

<p>1ª Fase:</p> <p>até 16 de Maio</p> <p>Prova escrita: 23 de Maio</p> <p>Entrevistas: 24 a 30 de Maio</p>	<p>2ª Fase:</p> <p>até 4 de Julho</p> <p>Prova escrita: 10 de Julho</p> <p>Entrevistas: 11 a 16 de Julho</p>
---	---

Elementos de Avaliação:

> Apreciação do curriculum escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Curso de Preparação* para a Prova de Acesso às Licenciaturas do ISGB

2ª Edição

Lisboa e Porto: 16 e 30 de Junho

Inscrições até 11 de Junho

Duração: 12 horas
Horário: 9h - 12h e 14h - 17h

Local: Lisboa - IFB - Av. 5 de Outubro, nº 164
Porto - IFB - R. Fernandes Tomás, nº 352, 4º

Informações:

ISGB - Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 Lisboa
Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234
IFB - Rua Fernandes Tomás, 352 - 4º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

e-mail: isgb@isgb.pt
www.isgb.pt

Licenciaturas reconhecidas oficialmente. (*) Não confere garantia de acesso. Curso "sem reconhecimento oficial".
ISGB - 15

Portugal chegou aos anos 70 como um país predominantemente rural e com a maior parte da população sem acesso à educação, à saúde ou a bens culturais. Em apenas quatro décadas as mudanças foram enormes e a um ritmo acelerado. Num momento em que cresce o ruído sobre as razões por que Portugal está endividado, vale a pena recordar a despesa pública necessária para transformar a realidade nacional

Textos: **ELSA ANDRADE**

O que nós mudámos!

Quem somos

Em quase quatro décadas, a população portuguesa aumentou, graças, sobretudo, ao aumento da esperança média de vida – a pirâmide etária apresenta preocupantes sinais de inversão.

	1970	2001	2011*
População residente	8.611.125	10.356.117	10.561.614
População <15 anos	2.451.850 (28,5%)	1.656.602 (16%)	1.572.546 (14,9%)
População 15 a 64 anos	5.326.515 (61,9%)	7.006.022 (67,7%)	6.966.564 (66%)
População > 65 anos	832.760 (9,7%)	1.693.493 (16,4%)	2.022.504 (19,1%)
População > 75 anos	272.760	701.366	
Homens	4.109.360	4.988.937	5.146.643**
Mulheres	4.553.892	5.340.403	5.490.336**
Índice envelhecimento***	34	102,2	128,6
Esperança vida à nascença homens	64 anos	73,4 anos	76,1 anos (2009)
Esperança vida à nascença mulheres	70,3 anos	80,4 anos	82,1 anos (2009)
Casamentos	81.461	58.390	39.993 (2009)
Famílias	2.345.225	3.650.757	–
Famílias c/ 1 pessoa	234.445	631.762	–

Fonte: Pordata

*Dados provisórios - Censos 2011

**Dados de 31/12/2010

***Fórmula: idosos / jovens x 100

O retrato de Portugal nos anos 60 do século passado era deprimente. Um país atrasado social, económica e culturalmente, marcado por uma ditadura de quase meio século, pela guerra colonial, pela emigração. Ficava quem não podia (consegua) partir.

O país tinha uma estrutura social marcadamente tradicional, com grandes assimetrias sociais, forte peso da agricultura (43,6% da população ativa trabalhava na agricultura, essencialmente tradicional e de assalariamento precário no Sul e pequeno campesinato no Centro e Norte), indústria pouco modernizada (28,9% da população ativa) e serviços incipientes, ligados a lógicas tradicionais (ocupavam 27,5% da população ativa).

A proteção social, além de incipiente não assentava no direito de cidadania. A responsabilidade individual era a norma, e quem não conseguia suprir uma dificuldade inesperada – como a doença, a falta de emprego ou mesmo a velhice – dependia da solidariedade de terceiros: família, Igreja ou outras formas de assistência local.

A maior parte da população estava privada do acesso a bens essenciais,

como a saúde e a educação. A taxa de analfabetismo era elevadíssima e poucos eram os que completavam a quarta classe (hoje o 1.º ciclo do ensino básico).

A esperança de vida era de 64 anos para os homens e 70 para as mulheres. Morria-se de "causa natural" sem (quase) nunca consultar o médico, e a taxa de tuberculose era de 131,8 por mil habitantes. A despesa do Estado com a saúde correspondia a uma média de seis escudos (três cêntimos) por habitante.

Assim chegámos ao 25 de abril.

Crescimento rápido e acelerado

Nas quase quatro décadas de democracia que há pouco celebrámos o País mudou profundamente, a um ritmo acelerado.

A população rural e a mão-de-obra agrícola transformaram-se numa minoria pouco significativa, enquanto a atividade terciária passou diretamente do terceiro para o primeiro sector de ocupação dos portugueses, registando-se uma acentuada feminização e terciarização da população ativa.

A integração da mulher no mercado de trabalho foi outro marco do pós-25 ▶

Melhorias na saúde

A saúde é um dos indicadores onde os progressos do País são mais notáveis. Para tal contribuiu sobremaneira a constituição do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que estendeu os cuidados de saúde a toda a população, graças aos seus princípios orientadores: universal e tendencialmente gratuito.

Embora muitas alterações tenham sido já feitas, nomeadamente com a introdução de taxas moderadoras, encerramento de hospitais e pagamento de transporte nas deslocações a consultas e tratamentos, esta área continua a absorver uma percentagem considerável do Orçamento do Estado. A despesa total consolidada do Ministério da Saúde em 2012 é de 7.952 M€, o que corresponde a uma redução de 8,2% (-710 M€) face à estimativa de 2011.



Despesas do Estado em saúde

Anos	Despesa (milhões de euros)	% do PIB	Per capita (euros)
1972	2,8	0,2	0,3
2010	9.776,5	5,7	919,1

Fonte: Pordata



Declarada luta à tuberculose

Anos	Taxa por 100 mil habitantes
1970	131,8
2010	24,7

Fonte: Pordata



Recursos que salvam vidas

Anos	N.º habitantes por médico	N.º habitantes por dentista	N.º habitantes por enfermeiro	N.º habitantes por farmacêutico
1970	1.064,3	–	629,2	–
2010	256,7	1.525,7	170,4	976,4

Fonte: Pordata



Nascer em segurança

Anos	Partos (total)	Em estabelecimento de saúde
1970	176.008	65.991 (37,5%)
2009	98.430	98.006 (99,6%)

Fonte: Pordata

Condições de vida

A paisagem arquitetónica alterou-se substancialmente em Portugal. A maioria da população vive e trabalha hoje em zonas urbanas, especialmente na faixa litoral. As cidades cresceram - em número, em área geográfica e urbanizada, em densidade populacional. A habitação social substituiu a maioria das "barracas" que ocupavam as periferias, a altura dos prédios aumentou, a posse da propriedade também.



Uma casa portuguesa

Anos	População em lugares c/ +10 mil habitantes	Alojamentos		Condições de habitabilidade		
		Proprietários	Inquilinos	Água canalizada	Duche/banho	Esgoto
1970	2.284.839	1.134.955	1.117.740	1.081.210	737.760	1.375.720
2001	3.904.794	2.688.469	862.760	3.502.726	3.354.632	3.518.685
2011	–	2.931.931	1.058.496	3.973.799	3.920.454	3.979.412

► de abril: a terciarização da mão-de-obra nacional foi particularmente acentuada entre as mulheres, que em 2008 representavam já 71%, contra os 50% duas décadas antes. Hoje são elas que estão em maioria nas escolas e universidades (obtem cerca de dois ter-

ços dos diplomas anuais do ensino superior), na administração pública, nos serviços, na saúde.

O direito à proteção social generalizou-se. O Estado Providência expandiu-se e universalizou-se, tanto na assistência aos mais desfavorecidos, do-



Diversidade e pluralidade

entes ou idosos, como na criação de serviços públicos como a educação e a saúde e a abertura dos respetivos estabelecimentos em todo o País.

A assistência ao parto, a vacinação, a escolarização e a reforma (contributiva ou social) passaram a estar acessíveis a todos. O número de pensionistas aumentou de cerca de 261 mil em 1970 para mais de 3,5 milhões no ano passado. Já no que diz respeito à universalização dos cuidados de saúde – agora cada vez mais postos em causa devido a restrições orçamentais –, refira-se que em 2010 a despesa do Estado atingiu mais de 9.700 milhões de euros, o que correspondeu a uma despesa *per capita* de 919,1 euros.

Os serviços difundiram-se pelo território: estações de correio, agências bancárias, serviços de saúde, repartições fiscais e de finanças, estabelecimentos de ensino (escolas primárias e secundárias e universidades), organismos públicos de água, eletricidade e telefones, transportes. Atualmente encerram serviços e reduz-se a rede de transportes públicos.

Ao longo deste percurso, a população diversificou-se nas suas origens. Logo após a descolonização, cerca de meio milhão de portugueses que viviam nos países africanos tornados independentes retornaram e integraram-se na sociedade, trazendo novos hábitos, gostos e costumes. Uma inclusão social, económica e cultural bem-sucedida, embora não isenta de custos económicos. Também com a adesão à comunidade europeia, a circulação de pessoas conheceu um novo impulso, especialmente nos últimos anos, face à chegada de milhares de imigrantes dos novos Estados-membros (e de países terceiros, como o Brasil). Ao abrigo de programas europeus, muitos jovens nacionais foram estudar noutros países e Portugal tem acolhido muitos estrangeiros nas suas universidades. Graças a esta movimentação de pessoas, a sociedade tornou-se mais aberta, plural e multicultural.

Nestes 38 anos de democracia o País avançou económica, social e cultural-

Adeus analfabetismo, olá doutoramentos

A educação foi outra das grandes conquistas do Portugal democrático. O nível de analfabetismo desceu enormemente e, em contrapartida, o número de alunos a frequentar o ensino aumentou significativamente, em todos os níveis de escolaridade. Esta é, também, uma área em que o Estado apostou fortemente, nas suas diversas vertentes: em recursos financeiros e humanos, mas também por via legislativa, aumentando progressivamente o ensino obrigatório e combatendo o abandono escolar. Apesar desse esforço, com resultados comprovados, Portugal continua a ser um dos países da UE com uma população menos escolarizada, o que tem reflexos a vários níveis, nomeadamente na qualificação de trabalhadores e empregadores e consequente produtividade das empresas. Em 2012, a despesa com educação sofreu um corte no Orçamento.



Alunos matriculados

Nível de ensino	Anos			
	1970	1978	2001	2010
Pré-escolar	15.153	64.739	235.610	274.387
1.º Ciclo	935.453	921.013	535.580	479.519
2.º Ciclo	193.912	299.110	271.793	273.248
3.º Ciclo	186.914	340.668	415.778	503.695
Secundário	27.028	133.406	413.748	483.982
Superior	–	81.582	387.703	383.627
Doutoramentos	60	61	908	1.569 (2009)

Fonte: Pordata



População sem nível de ensino

Anos	Homens	Mulheres	Total
1970	816.920	1.348.520	2.165.440
2001	263.931	536.089	800.000

Fonte: Pordata

mente, registando progressos em praticamente todos os indicadores internacionais de bem-estar, embora não tenha conseguido alcançar os níveis dos seus parceiros europeus antes do alargamento de 2004 (UE15). Um desenvolvimento que custou muitos mi-

lhões de euros. Muitas dessas conquistas estão hoje claramente em retrocesso: nos apoios sociais, no emprego, na saúde, na educação. O Estado social desmembra-se e o direito à proteção social está a ser substituído pela caridade. ■

Ser idoso em Portugal



A melhoria das condições de vida e de acesso à saúde, bem como a generalização das pensões e de prestações sociais em caso de carência, tiveram um reflexo significativo no índice de longevidade da população portuguesa.

Anos	População residente c/ 65 anos ou mais	População residente 65 anos ou mais em % população	População residente c/ 75 anos ou mais	Pensionistas Segurança Social + CGA	Pensão média anual da Segurança Social**
1970	832.760	9,7	272.760	260.807	1.431,9·
2001	1.693.493	16,4	701.366	2.965.102	3.405,0·
2011*	2.022.504	19,1	–	3.535.422	–

Fonte: Pordata

*Dados provisórios - Censos 2011

**Despesa c/ pensões/total de pensionistas; preços constantes 2006;



Concurso FOTO FEBASE 2012
Fotos apuradas no mês de abril

Tema:
OS 5 SENTIDOS



"The eyes of truth"
Filipe Lopes



"O olhar"
Vasco Oliveira



"Silêncio por favor"
Francisco Oliveira



"Sons em vinil"
Isabel Navarro de Castro



"Frescura da primavera"
Francisco Oliveira



"Pare, escute e olhe"
Isabel Navarro de Castro

Atendendo à qualidade, originalidade e criatividade das fotografias enviadas, não foi possível o apuramento do número mensal previsto.



Animado convívio dos ex-empregados do Standard Totta de Moçambique

Texto: Rui Santos

Os antigos trabalhadores do Banco Standard Totta de Moçambique – e que agora residem em Portugal – voltaram a juntar-se em animado almoço de convívio, que teve lugar em Lisboa, em 31 de março.

Segundo os organizadores e participantes, foi uma excelente jornada de confraternização, com dezenas de antigos colegas que, mais uma vez, não quiseram faltar à chamada. E todos eles, no final, expressaram o desejo de que o próximo almoço, a realizar em 2013, consiga reunir um número ainda maior de antigos trabalhadores daquela instituição bancária de Moçambique, um novo país de quem os participantes guardam gratas recordações, com alguns a fazerem planos para, em breve, voltarem àquele território, que os viu crescer profissionalmente.



Entretanto, aqui se recorda que, no próximo sábado, dia 19, se realizam os convívios dos bancários que trabalharam em Angola, em vários bancos: o do

BPSM terá lugar em Cortes, nos arredores de Leiria, o do Totta Standard em Pombal e o do BCA, também em Pombal. ■

Atletismo em Tomar

No cumprimento do seu plano de atividades para o corrente ano e incluída nas comemorações do 17.º aniversário das suas instalações, vai o Secretariado da Secção Regional de Tomar levar a efeito, no próximo dia 20, a 13.ª edição do Prémio de Atletismo que, como habitualmente, se destina a bancários, sócios dos Sindicatos dos Bancários do Centro, Norte e Sul e Ilhas e seus familiares até ao 1.º grau, bem como a populares do distrito de Santarém, nos vários escalões etários.

Esta prova, a exemplo das realizadas em anos anteriores, terá um percurso de 12.500 metros, aproximadamente, com partida às 10 horas, junto às instalações da Secção Regional, e chegada ao mesmo local.

As inscrições só poderão ser feitas através de boletim próprio, a solicitar à organização, e deverão ser entregues ou remetidas para a referida Secção Regional, na Rua D. Lopo Dias de Sousa,



5 – Apartado 339 – 2304-909 Tomar. Eventuais esclarecimentos podem ser solicitados pelos telefones 249 310 450/ 1/2/3, fax 249 310 459 ou correio eletrónico tomar@sbsi.pt ■

Pesca

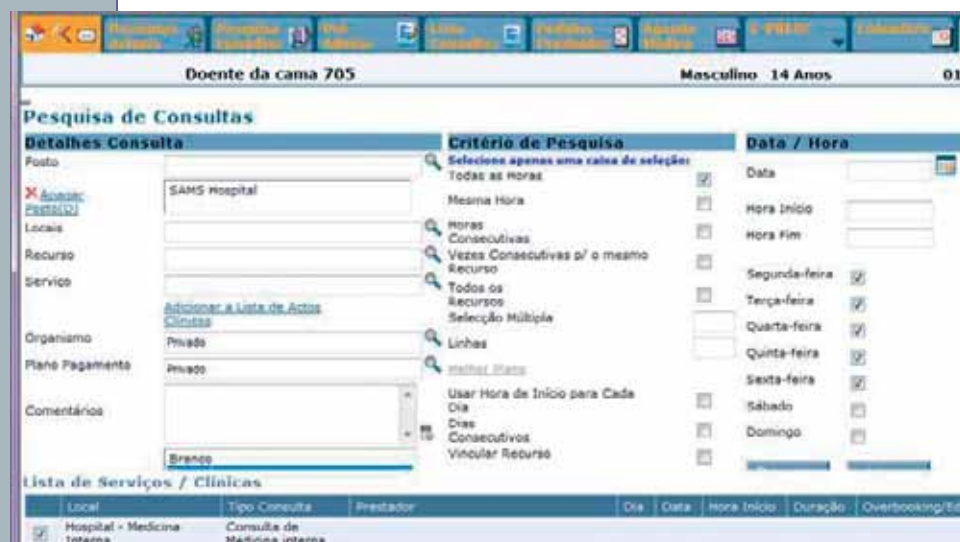
Final nacional de alto mar adiada para 7 de junho

A final da 11.ª edição do campeonato nacional interbancário de pesca de alto mar deveria ter tido lugar na manhã de 25 de abril, nas águas da Figueira da Foz, e com a presença de 18 finalistas: oito do Sul e Ilhas, seis do Norte e quatro do Centro.

E escrevemos que "deveria" porque a prova viria a ser adiada, para 7 de junho e na mesma área. Tudo isto porque o mau estado do mar não aconselhava a sua realização, fator que, por razões de segurança dos participantes, não deixou de ter sido tomado em conta pela comissão organizadora do campeonato. ■

Nova aplicação informática com vantagens para os doentes e para os serviços

TEXTO: VÍCTOR FERREIRA



A implementação da solução de saúde "TrakCare" no Hospital dos SAMS foi iniciada com sucesso a 27 de abril. O projeto, que estará totalmente concluído ainda este ano, permitirá aos SAMS terem melhores condições para a prestação de serviços a todos os beneficiários/utentes e fornecer dados de gestão com melhor qualidade.

Muitas vezes, as soluções informáticas provocam perturbações nos serviços, que se repercutem no atendimento aos beneficiários e utentes mas, neste caso, verificou-se uma grande serenidade e compreensão de todos, que se regista com satisfação.

O assimilar de conhecimento e de novos procedimentos é gradual, mas tem sido notável o esforço dos profissionais em não deixarem que os novos processos afetem a qualidade dos serviços prestados.

De modo a minimizar as naturais dificuldades que ocorrem em qualquer processo de mudança desta natureza, foi criada uma equipa de suporte, constituída por recursos internos e dos parceiros envolvidos neste processo, que têm dado um apoio constante aos utilizadores do novo sistema.

Mais de 750 profissionais no Hospital dos SAMS passaram a utilizar o "TrakCare" como principal ferramenta de trabalho para registo da atividade praticada, distribuídos por várias categorias: médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal administrativo.

Pode perguntar-se o que se ganhou com a mudança:

- É uma aplicação com forte ênfase no doente e no seu historial clínico;
- Apresenta uma estrutura centralizada no doente, que constitui o ponto basilar de ligação entre todas as áreas e especialidades clínicas;

- Congrega toda a informação referente ao doente, suportando o registo de informação em diversos formatos, designadamente texto e imagem, permitindo a minimização ou, até mesmo, a eliminação total do papel;

- Tem a possibilidade de manuseamento por diversos tipos de utilizadores, médicos, enfermeiros, técnicos de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e pessoal administrativo, possibilitando a estes a:

- Gestão de marcações – planeamento de agendas e gestão dos respetivos recursos;

- Gestão de internamento e gestão de camas;

- Gestão do bloco operatório – reserva de intervenções cirúrgicas com gestão de salas; registo de técnica operatória; registo de consumos; integração com o internamento;

- Gestão de urgências – com admissão de doentes e consequente triagem e atribuição de grau de prioridade;

- Gestão do laboratório – com integração de todos os equipamentos existentes nesta unidade;

- Gestão da farmácia e a sua ligação com todas as especialidades médicas do hospital;

- Ligação com o sistema PACS (Picture Archiving and Communication System), para visualização de exames da imagiologia.

- Garantia de total segurança e confidencialidade dos dados, em função do perfil de cada tipo de utilizador.

O processo de implementação do "TrakCare" teve início nos postos de ambulatório, centralizando-se nos registos clínicos.

Recentemente, com a adoção nacional da prescrição eletrónica de medicamentos, todos os postos dos SAMS, em regime de ambulatório, passaram a utilizar este sistema.

Com este novo passo, foi alargada a utilização deste aplicativo a todas as valências hospitalares, desde a enfermagem a serviços transversais, como o laboratório, a farmácia hospitalar e imagiologia. É neste momento possível, através de uma única plataforma, centrada no doente, consultar a sua história clínica e visualizar os exames (imagens) realizados em diversos departamentos, através do sistema PACS.

Ainda durante este ano, será migrado para a versão do "TrakCare" hospitalar todo o arquivo clínico que tem sido registado na versão atualmente utilizada em regime de ambulatório, cumprindo-se assim o objetivo do Conselho de Gerência de, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, ter uma plataforma clínica e administrativa única, centralizada no doente, e utilizável em qualquer posto dos SAMS (hospital, centro clínico e postos clínicos).

Este projeto permitirá aos SAMS terem melhores condições para a prestação de serviços a todos os beneficiários/utentes e fornecer dados de gestão com melhor qualidade. ■

Futsal

Team Foot vencedor indiscutível na final de Alenquer

TEXTO: RUI SANTOS

A 36.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal já teve a realização da final do Sul e Ilhas, ganha pela equipa do Team Foot ActivoBank que, de forma indiscutível, se impôs no jogo derradeiro, batendo o credenciado Uniteam, de Setúbal, por quatro golos sem resposta.

A final do Sul e Ilhas teve lugar na manhã do passado dia 6, no pavilhão municipal de Alenquer, que foi recentemente inaugurado e possui piso excelente e ótimas instalações, para os atletas e para o público.

Para o jogo da final, arbitrado por José Padinha e João Barreiras, as equipas alinharam inicialmente com:

Team Foot: Tiago Matias; João Rebocho (cap.), Miguel Silveira, Hugo Valentim e Rogério Gomes;

Uniteam: Carlos Sanches; Luís Martins, Mário Poeiras (cap.), António Monteiro e Jorge Santos.

Alinharam ainda Bruno Santos, Nélson Barbosa e Bruno Correia, pelo Team Foot, e Paulo Guerreiro, João Borges, Carlos Santos e Rui Santos, pelo Uniteam.

O encontro começou em toada veloz e, logo no primeiro minuto, os lisboetas abriram o ativo, numa jogada rápida e concluída por João Rebocho, quando os sadinos ainda "não tinham entrado" no jogo.

O Team Foot podia ter ampliado o marcador aos 5 minutos, quando Miguel Silveira disparou forte um remate de meia distância, obrigando Carlos Sanches a defesa difícil, no solo.

Só à passagem dos 9 minutos chegou o primeiro remate dos sadinos, digno dessa qualificação e por intermédio de Jorge Santos. Mas Tiago Matias defendeu a contento.

E, durante boa parte do primeiro tempo, assistiu-se a um domínio claro dos lisboetas, com opção pelos passes curtos e certos, procurando responder os setubalenses com rápidas jogadas de contra ataque. Até que, a 3 minutos do descanso, Rogério Gomes fez o 2-0, na conclusão de uma jogada muito confusa e após falta atacante sobre Luís Martins, que o árbitro não sancionou, o que desde logo provocou muitos protestos dos homens do Uniteam.

Acusando muito nervosismo a partir daí, o Uniteam viria a sofrer o terceiro golo



já muito perto do intervalo, por Nélson Barbosa, que aproveitou da melhor maneira o facto do guarda-contrário estar a ser tapado por Paulo Guerreiro, seu companheiro de equipa.

O Uniteam levou uma novidade para a etapa complementar, fazendo avançar António Monteiro para a posição de guarda-contrário. O Team Foot respondeu taticamente, entregando a iniciativa do jogo ao adversário, passando a sucederem-se os remates dos sadinos. Um desses remates, de Carlos Santos e aos 26 minutos, obrigou Tiago Matias a defesa apertada, com os punhos e para canto. E 2 minutos depois, foi Luís Martins que falhou o remate, à boca da baliza.

O marcador voltou a mover-se aos 32 minutos, e de novo para os lisboetas, com o guarda-contrário Tiago Matias a fazer o 4-0, aproveitando um momento em que a baliza contrária estava deserta.

A 4 minutos do fim, ainda houve um remate de António Monteiro, que poderia ter sido o tento de honra dos sadinos. O remate foi forte mas passou perto do poste.

Nos momentos finais da partida, o jogo perdeu qualidade, devido ao desnível no marcador. E, terminado o encontro, e se houvesse que escolher os melhores, a reportagem da revista Febase escolheria Rogério Gomes, do Team Foot, e António Monteiro, do Uniteam, o primeiro pela classe evidenciada e o segundo pela incansável entrega ao jogo.

João Rebocho: "Vitória justa"

No final, aproveitámos para ouvir João Rebocho, o capitão da equipa vencedora, sobre o jogo:

- Dominámos de início, marcámos cedo e isso ajudou ao nosso triunfo. As duas equipas conhecem-se há muitos anos, valemo-nos da experiência e considero que foi uma vitória justa.

Sobre a presença do Team Foot na final nacional, assim pensa João Rebocho:

- Ali estaremos com o objetivo de ganhar. Será a nossa 10.ª final e já vencemos cinco, pelo que queremos voltar a vencer, com o nosso orgulho e com o sentimento comum de uma verdadeira família.

E, sobre a próxima época, acrescentou que "vamos continuar juntos e teremos mais um ano para ganharmos mais coisas."

Entrega de medalhas

Depois, já na cerimónia de entrega de troféus e medalhas, Manuel Camacho, membro da Direção do SBSI e em nome da comissão organizadora (de que fazem também parte António Ramos, Armando Pardal, Feiteira Lopes e José Vidigal), reconheceu que na final estiveram as melhores equipas e agradeceu o contributo de todos, nomeadamente jogadores, árbitros e massagistas, para o bom êxito da competição, acabando por fazer votos para que uma das duas equipas traga o título de campeão nacional para o Sul.

Falou depois Rui Riso, o presidente da Direção do Sindicato, que centrou a sua intervenção na atualidade sindical, constatando que os sindicatos são atacados em toda a Europa e que só poderão resistir a esses ataques com mais sindicalizados e maior participação dos sócios, pelo que é um dever de todos os associados levar mais gente para o Sindicato.

Sobre os SAMS, Rui Riso salientou um aspeto importante, o da solidariedade na doença, sobretudo nas doenças mais graves e prolongadas, onde as participações dos SAMS do SBSI são seguramente mais abrangentes, tendo ainda destacado que não serão tomadas medidas populistas que possam por em causa a sustentabilidade dos próprios SAMS.

As meias-finais

Para memória futura, falta referir que, nos jogos das meias-finais, realizados no passado dia 21, o Uniteam bateu o Clube GBES por 3-2, enquanto o Team Foot ActivoBank venceu os Banif, da Madeira, por 4-0. ■

Xadrez

Final do Sul e Ilhas no sábado, em Tomar

A 27.ª edição do campeonato nacional interbancário de xadrez já se aproxima do seu final e irá culminar com a realização das finais regionais – estando a do Sul e Ilhas marcada para o próximo fim de semana, em Tomar, e a final nacional, a realizar em 27 e 28 de outubro, em Cantanhede

TEXTO: **RUI SANTOS**

A fase de apuramento de Lisboa teve lugar em 31 de março, nas instalações da sede do Sindicato e contou com a participação de 19 xadrezistas, tendo a vitória cabido a Manuel Silva Almeida, do BES, que ganhou todos os jogos que disputou.

Estas foram as classificações dos doze primeiros, que, por isso, garantiram a sua presença na final de Tomar: 1.º Manuel Silva Almeida (BES), 5 pontos; 2.º Armando Arranja (BPI) e Micael Santos (BCP), 4,5; 4.º João Manuel Ferreira (CGD), João Paulo Gama, Pracas Rebelo e Jorge Filipe Nunes (todos do BPI), 3,5; 8.º Bruno Jivan (BES), Amador Lopes (BPI), José Manuel Lopes (BCP) e José Sargento Pascoal (CGD), 3; 12.º Carlos Alberto Andrade (BST), 2,5.

Na final de Tomar estarão ainda presentes dois representantes de Setúbal e



três de Portalegre, enquanto as Secções Regionais de Faro, Portimão, Castelo Branco e Horta estarão representadas por um seu xadrezista. E também lá estará o atual campeão nacional, António Fernandes, que ali vai defender o título ganho na edição anterior.



António Fernandes é mestre de xadrez desde 2000

António Manuel de Almeida Fernandes trabalha no BPI e começou a jogar xadrez aos 7 anos de idade, com a ajuda de seu pai, olímpico cinco vezes e representante da seleção nacional. Logo nesse primeiro ano, ganhou o primeiro torneio em que participou.

Torna-se inviável referir, numa publicação deste tipo, todo o brilhante rol de

participações e títulos conquistados pelo António Fernandes, na sua já longa carreira de xadrezista, pelo que resumimos esse currículo a algumas breves notas.

Em 1971 ingressou no Benfica, ganhando o torneio de 3.ª categoria. E, no ano seguinte, ascendeu à 1.ª categoria, tendo sido 2.º no campeonato nacional de juniores e ganhou um torneio juvenil em Espanha, após o que foi considerado menino-prodígio.

Durante vários anos foi campeão nacional de partidas rápidas, por equipas. E, em 1978, sagrou-se vice-campeão nacional absoluto, com 16 anos, sendo o representante de Portugal no Mundial de Cade-tes, em Belfort (França).

Em 1980, foi – com 17 anos – o mais jovem campeão nacional absoluto e representou Portugal nas Olimpíadas de La Valleta (Malta), onde obteve a 1.ª norma de Mestre FIDE, conquistando a 2.ª no ano seguinte, em Cuba, e o título definitivo de Mestre FIDE, depois reconhecido pela Federação Internacional da modalidade.

Em 1982, participa nas Olimpíadas de Lucerna, ganha dois torneios em Luanda e revalida o título de campeão nacional. No ano seguinte, obtém a 1.ª norma de mestre internacional, para ver depois reconhecido esse título pela Federação Internacional, no Congresso em Graz (Áustria) onde foi considerado como uma das 20 esperanças do xadrez mundial.

Em 1986, ganha o 1.º torneio de mestres de partidas semirrápidas, organizado pelo SBSI.

Em 1992, participa nas Olimpíadas de Manila e obtém a 1.ª norma de Grande Mestre e a medalha de bronze do 2.º tabuleiro, para além de ter sido o 6.º classificado na fase preliminar da Taça dos Campeões Europeus, disputada em Clichy (França).

Em 1996, vence dois torneios de bancários, em representação do ex-BFB, e representa Portugal no jogo com a China, em Macau.

Em 2001, obtém a 2.ª e a 3.ª norma de Grande Mestre e, no ano seguinte, foi-lhe reconhecido, pela Federação Internacional, o título de Grande Mestre Internacional, no Congresso em Bled (Eslovénia).

Em 2010, volta a sagrar-se campeão bancário no Sul e Ilhas e a nível nacional, bem como vencedor da Taça Cuca, em Luanda. ■

Vagas em viagens e apartamentos

Para os sócios do SBSI – e dos outros Sindicatos da Febase – que ainda não planearam as suas férias, o Sindicato continua com inscrições abertas nas seguintes atividades:

Viagens

- Quênia e Tanzânia, de 4 a 19 de setembro – preço por pessoa em duplo: €4.585. Todas as restantes viagens já não têm lugares disponíveis.

Apartamentos

- Ainda existem vagas no Verão para os apartamentos que o Sindicato possui no Algarve e em Islantilla, nos arredores de Huelva, no sul de Espanha.

Para estas vagas e outras – noutras épocas do ano – os interessados devem contactar a Secção Administrativa do SBSI e as reservas podem ser feitas de imediato. Para mais informações, utilizar o telefone 213 216 021/22, o correio eletrónico administrativa@sbsi.pt e consultar a Revista de Férias e Lazer, disponível no sítio do Sindicato.

O esforço do SBN na responsabilidade social

TEXTOS: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**

Sabemos que a nossa população é cada vez mais idosa, o que, se por um lado, demonstra uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, por outro se traduz na manifestação de patologias próprias da idade avançada.

Do universo destas patologias destacam-se as demências (cada vez mais preocupantes), que se manifestam com a gradual perda de identidade da pessoa como pessoa, trazendo grande sofrimento para o próprio e familiares, com implicações adjacentes graves (emocionais, económicas...).

Cerca de 72% dos idosos com demência não estão diagnosticados – e para aqueles aos quais já foi diagnosticado um grau de demência, as soluções existentes são escassas.

O SBN e a TrofaSenior estão atentos e preocupam-se com estas pessoas, fazendo um esforço, não só para informar a população em geral mas também para formar os profissionais de saúde, em ordem a que possam minimizar as implicações destas patologias. Com efeito, estas instituições consideram a responsabilidade social como uma prioridade.

Assim, num esforço de melhoria constante, serão realizadas na TrofaSenior - Clube Residencial Sénior, no próximo dia 2 de junho, as primeiras jornadas geriátricas TrofaSenior, subordinadas ao tema "Demências".



Estas jornadas vão realizar-se, pois, numa Instituição também dos bancários, que constitui uma referência nacional nos cuidados a seniores e que se apresenta como uma das melhores instituições nesta área.

Estarão presentes cerca de 120 médicos convidados, das especialidades de clínica geral, medicina interna, psiquiatria e neurologia, a par de um painel de conferencistas e palestrantes de renome.

Serão feitas duas abordagens ao tema do programa das jornadas: na vertente médica, serão debatidas as demências degenerativas (Alzheimer e outras) e as orgânicas, analisando as causas, o diagnóstico, a avaliação e a interven-

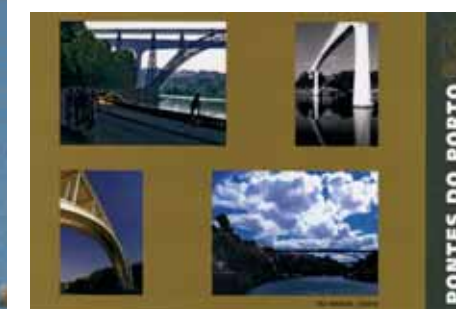
ção; por outro lado, dois conferencistas abordarão temas relacionados com as demências, na vertente de implicação social. Trata-se, assim, de uma iniciativa que, pelo conteúdo científico e pelo número de presenças, tem uma dimensão nacional, contando na comissão organizativa com cinco médicos de referência: Pedro Carvalho Silva (presidente), Jorge Pedrosa (diretor clínico), Edite Silva, Manuel Luciano Silva e Vitorino Moreira, e com o administrador da TrofaSenior, Alfredo Gomes.

O objetivo do SBN e da TrofaSenior é, assim, o de contribuir, através desta iniciativa, para um melhor entendimento daquelas patologias. ■



"À moda do Porto"

Pontes do Porto e lucernas



O Núcleo de Fotografia do SBN inaugurou, no passado dia 2, a exposição mensal do projeto "À moda do Porto", na galeria do Sindicato, na Rua Conde de Vizela, 145. Nesta edição, Rui Manuel Costa apresenta o tema "Pontes do Porto", que estará patente até 6 de junho, às quartas e quintas-feiras, das 15 às 17,30 horas.

Seguir-se-á, até 4 de julho, o tema "Lucernas", de Fernando Mário Castro.



Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Em Melgaço

SBN comemora Dia do Reformado Bancário

A décima edição das comemorações do Dia do Reformado Bancário realiza-se no próximo dia 26, em Melgaço, por iniciativa da Comissão Sindical de Reformados, em sintonia com a Direção do Sindicato, numa ação dirigida aos associados e seus agregados familiares.

Os autocarros saem às 9h30 da Câmara Municipal do Porto, junto ao Capitólio, com destino a Melgaço, onde haverá visita livre, seguida de almoço. Às 17h30 começará uma tarde de convívio e animação, com a atuação de um "dj".

O pagamento poderá ser efetuado em duas prestações mensais, em cheques pré-datados e sucessivos, com datas de 21 de maio e de 21 de junho, emitidos à ordem do SBN.

As inscrições são consideradas por ordem de chegada e limitadas a 250 pessoas e deverão ser efetuadas impreterivelmente até 21 de maio, na loja



de atendimento, na Rua da Fábrica, 81, com os telefones 223 398 800/05/09/17, o fax 223 398 877 e o correio eletrónico sag@sbn.pt.

Melgaço é a região mais setentrional de Portugal. É delimitado, a norte, pelo

rio Minho, que o separa de Espanha; a oeste, pelo concelho de Monção; a sudoeste, pelo concelho de Arcos de Valdevez (área do Parque Nacional da Peneda-Gerês); e pelos concelhos galegos de Entrimo, Vereia, Quintela de Leirado, Padrenda, Creciente e Arbo.

Possui três fronteiras com acessos de ligação à Galiza: em S. Gregório, na freguesia de Cristoval, a nove quilómetros da vila de Melgaço, ligando à povoação de Puente Barjas; na Ameijoeira, em Castro Laboreiro, faz ligação à povoação de Entrimo; em S. Marcos, na freguesia de Paderne, no lugar do Peso, onde existe a ponte internacional que liga à povoação de Arbo, a dez quilómetros da autoestrada das Rias Baixas, que liga Vigo a Ourense.

As terras de Melgaço abrangem, na totalidade, uma superfície de 232 quilómetros quadrados, integradas no agrupamento do Minho, do distrito de Viana do Castelo. As dezoito freguesias distribuem-se por zonas de planalto e ribeira, nas encostas do rio Minho: Alvaredo, Castro Laboreiro, Chaviães, Cousso, Cristoval, Cubalhão, Fiães, Gave, Lamas de Mouro, Paços, Paderne, Parada do Monte, Penso, Prado, Remões, Roussas, S. Paio e Vila.

O Rio Minho – Miño, em galego – é internacional, nasce na serra de Meira, na Galiza, e desagua no Oceano Atlântico, a norte de Caminha. Percorre Lugo, Ourense, Melgaço, Monção, Tui, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha. Serve de fronteira entre Portugal e Espanha. Tem vários afluentes, entre eles, na margem portuguesa, o Mouro, o Gadanha e o Coura. ■

"Põe-te a andar, pela tua saúde..."

Caminhada pelas marginais do rio Minho



A 17.ª caminhada do Sindicato dos Bancários do Norte realizou-se no passado dia 28. A iniciativa, destinada a sócios e familiares, foi do agrado geral e contou com a presença de quarenta participantes, tendo o percurso sido iniciado no Centro de Estágios de Melgaço.

A partir do centro da vila, o percurso desenvolveu-se pela encosta das Carvalhiças, através de arruamentos, cruzando o regato Rio do Porto, na Ponte Pedrinha. Seguiu-se um troço em que o trajeto coincidia com a Avenida 25 de Abril, que estabelece a ligação ao Centro de Estágios.

Chegado àquele ponto, o percurso continuou até atingir o pinhal, junto à área técnica das piscinas municipais descobertas, onde se iniciou um tramo de 150 metros, em caminho de terra e pedra.

De seguida, o trilho seguiu sobre o trajeto de uma antiga levada de água, atualmente desativada, através de um passadiço em madeira, com cerca de 1500 metros de comprimento e 1,2 de largura, que se desenvolve na encosta do rio Minho e que permite apreciar as magníficas vistas sobre o património natural e aquele curso de água e sua envolvente direta, terminando numa área de lazer, seguindo o trilho, na mesma encosta, até ao Centro Hípico de Melgaço, através de caminho em saibro.

A partir daí, o trilho descia até à Veiga de Remoães, atravessando aquela zona agrícola até à entrada norte das Termas do Peso, pela zona da Folia, onde termina.

A próxima caminhada, "Põe-te a andar pela tua saúde..." terá lugar em 30 de junho, por trilhos das terras de Baião. ■

Reformados nos "Picos da Europa"

Texto: FIRMINO MARQUES

No passado dia 24 de abril, cinquenta reformados, associados do Sindicato dos Bancários do Norte, partiram de autocarro com destino aos "Picos da Europa".

O primeiro objetivo foi Congas de Onis, onde foi montada a base da excursão. À passagem por Benavente, foi servido o primeiro repasto, que teve por base um dos pratos mais típicos das Astúrias, a "fabada".

Seguiu-se Ribadesella e Villaviciosa, onde os participantes tiveram oportunidade de provar a célebre cidra da região.

O trajeto prosseguiu com a subida ao "Parque Nacional dos Picos da Europa", o destino, afinal, que todos ambicionavam, começando por uma visita a Cueva, onde repousam os restos mortais do rei Pelayo e se encontra a imagem de Santina. A visita à Basílica de Covadonga fez também parte do roteiro da viagem.

O regresso teve lugar no dia 27, com repetição de uma refeição típica em Benavente.

À chegada ao Porto, era já evidente e manifesta, no semblante de todos os participantes, a saudade pela ca-



maradagem, convívio e bons tempos passados, que foram apanágio durante os quatro dias passados por terras de Espanha.

Atendendo a que muitos foram os associados que manifestaram a von-

tade de fazer esta viagem, que acabaram por não fazer, apenas por limitação de lugares, a Direção do SBN, com a colaboração da Comissão Sindical de Reformados, está já a pensar repetir a iniciativa. ■

Pesca

Manuel Silva Oliveira é campeão regional de mar

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Terminou o 33.º campeonato regional de pesca de mar, que contou com a presença de quarenta associados do Sindicato dos Bancários do Norte.

Após a terceira e última prova, ficaram classificados nos primeiros três

lugares Manuel Silva Oliveira (BES), Augusto Antunes Vieira (BCP) e Abílio Lemos Bastos (MG).

A final nacional está prevista para 6 de outubro, em Porto Covo, onde o SBN será representado pelos 15 melhores

classificados no torneio regional. Entretanto, encontram-se a decorrer os campeonatos regionais de bowling, futsal, karting, king, pesca de rio, surfcasting, snooker e tiro. ■

Errata

O primeiro parágrafo da notícia intitulada "Comissão Permanente aprova Relatório e Contas", publicada na página 20 da Revista Febase do mês transato, apresentava um lapso, que nos apressamos a corrigir. Na circunstância, o texto correto é o seguinte: "A Comissão Permanente do Conselho Geral, reunida em 30 de março, aprovou por unanimidade o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2011 e reprovou o parecer do Conselho Fiscalizador de Contas".

Do lapso pedimos desculpa aos nossos leitores.

Textos: SEQUEIRA MENDES



Conselho Geral sob o signo da unanimidade

Na sua última sessão, o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro aprovou as contas de 2011, por unanimidade

Em conformidade com os estatutos do SBC e a requerimento da Direção, foi convocada uma sessão do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro, que teve lugar em 12 de abril, com uma Ordem de Trabalhos muito importante, ou não constasse dela a apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas, referente ao ano de 2011 – Ação Sindical, SAMS-Regime Geral e SAMS-Regime Especial.

No período fora da Ordem de Trabalhos, alguns conselheiros interpelaram a Direção sobre o recente Acordo de Concertação Social, assinado pela UGT, que mereceu alguns reparos, considerando alguns conselheiros que se tra-

tou de um mau acordo. Também o Sindicato único para os bancários esteve na ordem do dia, sendo a Direção interpelada sobre a evolução que este assunto tem tido, quer no seio da Febase quer no próprio SBC, tendo sido elencadas as vantagens que daí poderiam eventualmente ocorrer.

Os conselheiros foram informados pelo Coordenador da sindicalização de todo o trabalho desenvolvido neste setor, nomeadamente as diligências junto do Barclays e do BPN, os problemas da CGD, do Montepio Geral e do Ifap. Também as portarias de extensão foram objeto de referência e foram apontadas como um não cumprimento por parte do governo do Acordo assinado pela UGT.

Foi ainda o CG informado sobre todas as atividades desenvolvidas pelo Departamento dos Tempos Livres, destacando-se uma forte adesão de associados e familiares.

O ponto deveras mais importante - aprovação das Contas de 2011 - foi largamente dissecado pela tesoureira,

Helena Carvalheiro, que fez uma exposição não muito longa mas muito eficaz e pertinente de todas as incidências contabilísticas dos três setores em que a contabilidade do Sindicato se divide - Setor Sindical, SAMS-Regime Geral e SAMS-Regime Especial. Da sua exposição resultou que, quer as receitas quer as despesas, têm tido uma evolução consentânea com a realidade atual e no estrito interesse do SBC, pelo que foi sem surpresa que a votação final mereceu total consenso dos presentes, saldando-se a votação por uma unanimidade e mesmo aclamação.

Também foi deliberado delegar na Febase os poderes necessários para a outorga do Acordo de Empresa do BPN e seu envio para publicação, deliberação que, tal como a anterior, foi aprovada por unanimidade.

Finalmente o CG deliberou, unanimemente, delegar nos órgãos da Febase a denúncia, negociação e outorga das propostas de revisão das tabelas salariais para 2012, de todas as convenções de que o SBC e a Febase são subscritores. ■

SBC é benemérito da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra

Atravessar uma grave crise, provavelmente a maior da sua longa existência, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra (AHBVC), através do seu Presidente, Dr. João Silva, fez um repto a todas as forças vivas da cidade, no sentido de garantir a sua sustentabilidade.

O apelo à solidariedade foi dirigido a toda a população da cidade, tendo em conta que a questão da sustentabilidade é um problema muito difícil de resolver, tanto mais que a Associação se encontra, neste momento, a perder muitos sócios e os beneméritos têm diminuído substancialmente.

O SBC respondeu afirmativamente ao apelo e, por deliberação da Assembleia Geral da AHBVC, realizada em 3 de abril, foi deliberado atribuir a categoria de Sócio Benemérito ao SBC.



A entrega do diploma teve lugar na sessão solene comemorativa dos 123 anos daquela Associação, que teve lugar em 15 de abril, no salão nobre dos Bombeiros e para a qual o SBC fez deslocar uma empenhada delegação, chefiada pelo seu Presidente, Carlos Silva, e pelo Presi-

dente da Mesa da AG/CG, Freitas Simões. Tratou-se de um ato de reconhecimento pelo apoio e colaboração prestada, sendo que esta colaboração ainda se pode alargar a outros domínios, nomeadamente no campo da saúde que, por ora, ainda não se encontram definidos. ■

UGT Coimbra: crise e desemprego motivam criação de gabinete de aconselhamento

A atual conjuntura socioeconómica e uma parceria estabelecida em 2010 com o Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social da Universidade de Coimbra/Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IPCDVS-UC/FCT) levaram a UGT Coimbra a criar um Gabinete de Aconselhamento ao Desempregado (GAD).

Tendo em mente o quadro de crescente imprevisibilidade que se tem desenhado, não só no mercado de trabalho mas em todas as áreas da sociedade, a intervenção na área do desemprego exige um conhecimento sólido, simultaneamente teórico e prático, no sentido da elaboração de estratégias de ação, capazes de assegurar a participação efetiva de todos os cidadãos na comunidade. A experiência de desemprego (e associadas), em toda a sua multiplicidade e heterogeneidade, afeta indivíduos e famílias com recursos e características muito diversificadas e, como tal, não pode ser conceitualizada de forma única. Exige uma ação integral, onde as necessidades, as dificuldades e as expectativas dos indivíduos devem ser alvo de uma intervenção in-



terdisciplinar. E o GAD conta já com profissionais da psicologia do serviço social e da sociologia.

Assim, o GAD traçou como objetivos fundamentais: capacitar os indivíduos, de modo a que estes possam assegurar mais eficazmente a sua sobrevivência e cidadania, traduzindo-se na capacidade de obter, utilizar e desenvolver recursos; favorecer o recurso a estruturas formais, que possam dar resposta às suas necessidades, materiais e imateriais; ajudar na tomada de decisões, abrangendo informações objetivas que possibilitem uma melhor utilização dos recursos

personais e ambientais; desenvolver comportamentos, que possibilitem às pessoas estabelecer relações próximas com outros no seu meio ambiente e que conduzam ao crescimento e realização pessoal, olhando não apenas para as fragilidades mas, igualmente, para forças e que possibilitem que estas façam eficazmente face a novas situações; contribuir para a mudança, a nível social, de políticas e regras de funcionamento das instituições.

Esta é, em nossa opinião, uma clara boa prática de articulação entre a ciência e a sociedade. ■



Pesca

Mário Veríssimo vence no mar de Peniche

TEXTO: PEDRO VEIGA

Peniche abriu as portas para a segunda etapa do campeonato regional de pesca de mar do Sindicato dos Bancários do Centro, depois da prova inicial na Nazaré, onde o peixe abundou.

Esperava-se mais uma boa jornada em Peniche, onde as tainhas costumam ser generosas, juntamente com as salemas de bom porte, alguns sargos e um ou outro robalo... mas, desta vez, a "coisa" não correu bem assim.

De facto a madrugada de 21 de abril não seria muito favorável para os participantes; e senão vejamos: mar grande a norte e um noroeste que não prometia nada de bom, um mar muito sujo a sul, carregado de limo, a impedir a pesca. A juntar a este mar de lágrimas, uma borrasca ajudava a arrefecer os ânimos.

Resumindo, mais um belo dia para a prática da pesca. Mas, como o pescador nasceu para sofrer, lá se iniciou a prova pelas 9 horas, tendo tido o seu termo quatro horas depois.

Os participantes dividiram-se em três setores: a famosa Papoa, o Cabo e o Alto da



Vela. Se na Papoa o vento era intenso, no Cabo Carvoeiro o limo abundava. No Alto da Vela as condições eram mais propícias mas o peixe era escasso. Com o evoluir da maré e com o engodar persistente, lá se conseguiram enganar alguns peixes e até mesmo o sol deu um ar da sua graça.

Desportivamente, não houve grandes surpresas, com a vitória a sorrir ao "local" Mário Veríssimo, que realizou boas capturas de salemas e tainhas.

Na soma das duas provas, a classificação ainda aparecia um pouco bara-

lhada, à entrada para a terceira e última prova, realizada na Figueira da Foz, no passado dia 5 e da qual daremos notícia no próximo número mas que deve ter desfeito todas as dúvidas, bem como apurado os dez primeiros classificados, que representarão o SBC na final nacional, a disputar em Sines.

Após as pesagens e classificações, realizou-se o tradicional piquenique, onde as capturas abundaram, como é da praxe, no seio de um grande companheirismo e desportivismo. ■

Visita às Caves Aliança



O Secretariado da Secção Regional de Coimbra do SBC levou a efeito uma visita com almoço, às Caves Aliança, seguido de uma visita ao Aliança Underground Museum tendo proporcionado a todos os visitantes momentos de grande satisfação, assim retratados, poeticamente, pelo nosso associado Manuel Pato, reformado do ex-Banco Totta e Açores:

Em boa hora aderi
À viagem programada
Pelos momentos que vivi
Está mais do que justificada.

As caves já eu as conhecia
De viagens anteriores
Do museu nada sabia
Da dimensão e valores.

Ao descer às entranhas
Penetro nas galerias
Não vejo teias de aranha
De garrafas, estão vazias.

Encontro no seu lugar
A arte e a natureza
Coleções de encantar
Peças de rara beleza.

No setor dos minerais
De apreciáveis dimensões
Destaque para os cristais
Das mais díspares regiões.

Os reinos da natureza
Ali estão representados
Extraordinária riqueza
Na área dos fossilizados.

A arte etnográfica africana
Com vasta representação
E a cerâmica caldense
Com artigos de eleição.

Um espaço para a arqueologia
De tempos bem recuados
E painéis de azulejaria
Dos nossos antepassados.

Por fim a enologia
Espumante a depurar
Cascos em simetria
Aguardente a estagiar.

Começámos a brindar
Junto à mesa das entradas
E na sala de jantar
Até se ouvirem baladas.

Nos rostos a satisfação
Dum convívio salutar
E no prato o leitão
E a cabidela a fumar.

Com o almoço a findar
No agradável recanto
O grupo despede-se a cantar
"Coimbra tem mais encanto...".



A importância e o momento atual do sindicalismo em Portugal

Vivem-se momentos conturbados no mundo do trabalho em Portugal, onde o espectro do desemprego está a atingir mais de 15% dos trabalhadores portugueses, sendo a mais elevada taxa de desemprego pós-25 de abril

TEXTOS: LUIS DIAS

Nosso crónico endividamento externo, fruto de dependências externas na área dos combustíveis fósseis, bens de consumo primário e de políticas erradas prosseguidas pelos sucessivos governos, aquando da nossa adesão à CEE, de destruição da nossa agricultura e das nossas pescas, setores vitais para a nossa subsistência alimentar, para além da emergência de um clima de subsidi dependência em relação aos fundos estruturais vindos da Europa comunitária, que pouco contribuíram para um desenvolvimento duradouro e sustentado do País, como hoje se constata.

O sindicalismo, como elemento charneira do sistema produtivo, também foi afetado por esta onda de euforia, com a criação, nalguns setores de atividade, por motivos puramente partidários, de alguns sindicatos que vieram disputar o terreno dos existentes. Infelizmente, foram poucos os que tiveram sucesso e o mundo sindical foi-se "empobrecendo", na sua capacidade de intervenção e credibilidade.

Outros, por motivos de uma acerva dependência ideológica, enveredaram pelo desencadear do conflito pelo conflito e têm vindo a utilizar e a banalizar a última arma a que o sindicalismo deve deitar mão, quando se fecham todas as portas do diálogo, da negociação e da concertação social em democracia, que é a greve.

Para além da destruição da existência de um desejável clima de confiança entre representantes dos empregado-



res e dos trabalhadores, os prejuízos materiais estão a ser incalculáveis para o elo mais fraco da cadeia produtiva – os trabalhadores por conta de outrem – a tal ponto que um dirigente sindical do setor dos transportes veio afirmar, para a comunicação social, na última greve geral de 22 de março, a propósito de haver trabalhadores que não aderiram, que um dos principais motivos da sua não adesão era a de que os seus orçamentos familiares já não comportavam mais perdas de vencimento.

De todo o modo, passados oito dias, foi convocada mais uma greve numa empresa desse setor.

Devemos então questionar-nos o que se pretende sindicalmente com este tipo de atuações? Prejudicar os trabalhadores que já pagaram os seus passes mensais, muitas vezes com que sacrifício para os seus orçamentos familiares também?

Perante este estado de coisas é urgente que o sindicalismo crie novos postulados para ser considerado credível, não pela via da conflitualidade extrema, mas através da assunção das suas responsabilidades de contribuir, cada vez mais, para a sua própria reestruturação e emancipação em relação às influências de qualquer quadro par-

tidário, devolvendo-o à sua ideologia fundacional de utilizar a luta para a melhoria das condições materiais, culturais e sociais dos trabalhadores e, sobretudo, perceber se os vários setores de atividade onde exerce a sua influência têm capacidades económicas e financeiras para suportar determinado tipo de reivindicações.

O desejável é isto e não é nenhuma novidade para quem se preocupa e tem dedicado grande parte da sua vida a refletir sobre o movimento sindical, como outros também o têm vindo a fazer e a propor, pelo que tomamos a liberdade de aqui reproduzir três possíveis postulados, que se reputam de extrema importância para o movimento sindical português, de que se deve:

REESTRUTURAR: conhecendo e caracterizando o atual estado da organização sindical; adequando-a às necessidades de intervenção nos atuais contextos e em função das prioridades de ação definidas;

FORTALECER: sindicalizando mais trabalhadores; elegendo mais delegados sindicais nas empresas; recrutando e formando mais quadros sindicais; gerindo melhor os meios materiais e humanos disponíveis; definindo orientações, propostas e formas de participa-

ção que mobilizem os trabalhadores em torno dos objetivos definidos e credíveis;

INOVAR: encontrando novas formas de ação e organização mais técnicas para as novas situações, aprofundando experiências e parcerias. Inovar será também introduzir na organização e na luta os novos meios tecnológicos e conhecimentos científicos, logo que acessíveis, em particular os meios de comunicação e informação.

É um desafio muito interessante para as novas gerações de sindicalistas de recentrarem toda a ação sindical futura das suas organizações de classe a partir destes três possíveis postulados, tendo em conta que os sindicatos são, por enquanto e ainda em Portugal, a base da pirâmide e o centro nevralgico da organização sindical, onde os trabalhadores estão filiados e participam, na sua ligação e intervenção direta com os trabalhadores nos locais de trabalho e no seu apoio individualizado, designadamente nas causas sindicais.

Por outro lado, as confederações, as federações e as uniões são associações de sindicatos, onde estes confluem, em formas superiores de unidade e de solidariedade, nacional, setorial e regio-

nal, e geram as condições para alargar o âmbito da luta e dos objetivos de ação dos trabalhadores, integrando-se como principal força social, no movimento de transformação do presente e de construção do futuro.

Todas estas previsíveis alterações objetivas e subjetivas, de natureza muito complexa e que se têm vindo a desencadear a uma velocidade sem precedentes, não deverão, sob qualquer pretexto ou decisão exterior ao movimento sindical, pôr em causa as questões centrais, os valores, os princípios, os problemas e objetivos sindicais, em redor dos quais os sindicatos foram criados, se desenvolveram e desenvolvem, devem continuar a ser considerados como direitos inalienáveis dos trabalhadores, em democracia, como:

- o direito ao trabalho, ao salário e à segurança e estabilidade no emprego;
- o horário de trabalho que concilie a vida profissional com a familiar;
- a proteção social no desemprego, na doença e na velhice;
- a dignificação do trabalho e da profissão;
- a solidariedade e a entreaajuda entre os trabalhadores e entre estes e as

outras camadas sociais mais desfavorecidas da população;

- o combate à discriminação, à exploração e à opressão;
- a luta pela justiça social e pela transformação da sociedade numa sociedade de progresso, de liberdade, de democracia e de paz;
- a repartição equilibrada da riqueza produzida;
- o antagonismo de interesses e a luta de classes que lhes são inerentes;
- a participação ativa na vida política, económica, cultural e social do País;
- o livre direito à sindicalização e ao exercício das funções sindicais.

É nesta conjuntura de crise profunda, onde tudo de menos bom parece estar a acontecer aos trabalhadores portugueses, que o movimento sindical deve refletir, séria e empenhadamente, sobre que contribuições possíveis pode dar para ajudar o País a ultrapassar as dificuldades do momento, sem grandes conflitos laborais no nosso já de si periclitante sistema produtivo, fazendo uso do princípio que lhe é tão caro "da solidariedade e da entreaajuda entre os trabalhadores e entre estes e as outras camadas sociais mais desfavorecidas da população". ■

INETESE

FORMAÇÃO

PROFISSIONAL

CAMPANHA ESPECIAL FEBASE

CURSO de SEGURO DE SAÚDE

CURSO de TÉCNICAS DE VENDAS

CURSO de COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COMERCIAL

CURSO de PERITAGEM AUTOMÓVEL

50 Horas | Presencial

35 Horas | eLearning

35 Horas | eLearning

152 Horas | Presencial

Formação de

QUALIDADE

a preços

LOW-COST

Para inscrições: www.inetese.pt | formacao@inetese.pt | 218 802 160

Jovens Seguros - 10 anos de Aventura

CAMPO DE FÉRIAS

ABERTO

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 3 anos de Idade

Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para Outros

Pagamentos Fracionados até novembro

10% de Desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte-nos para descontos e condições de pagamento)

2012

1º Turno: 18 a 22 de Junho

2º Turno: 25 a 29 de Junho

3º Turno: 2 a 6 de Julho

4º Turno: 9 a 13 de Julho

5º Turno: 16 a 20 de Julho

6º Turno: 23 a 27 de Julho

7º Turno: 30 de Julho a 3 de Agosto

8º Turno: 6 a 10 de Agosto

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

CAMPO DE FÉRIAS

FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BTT/Cicloturismo, Bisnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 7 anos de Idade

Preços:
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
525 Euros para Outros

Pagamentos Fracionados até dezembro

10% de Desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte-nos para descontos e condições de pagamento)

DESDE € 232,50

2012

1º Turno: 23 a 30 de Junho

2º Turno: 30 Junho a 14 de Julho

3º Turno: 14 de Julho a 28 de Julho

4º Turno: 28 de Julho a 11 de Agosto

5º Turno: 11 a 25 de Agosto

6º Turno: 25 Agosto a 1 de Setembro

• Turnos de uma semana

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

aps

Aliaanz

INETESE

LUBITANIA

STAS

ferma

STAS-Actividade Seguradora

STAS-Actividade Seguradora

